



Márcia Regina Santos da Silva

**A Política Pública de Expansão do Ensino Superior: aspectos do REUNI na
UFRB**

**Salvador- Ba
Setembro- 2015**



Márcia Regina Santos da Silva

**A Política Pública de Expansão do Ensino Superior: aspectos do REUNI na
UFRB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) - como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Área de Concentração:

Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus.

Co-Orientador: Prof. Dr. Claudio Orlando Costa do Nascimento.

**Salvador- Ba
Setembro 2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

S586p Silva, Márcia Regina Santos da Silva.
A política pública de expansão do ensino superior:
aspectos do REUNI na UFRB / Márcia Regina Santos da Silva._ Salvador, BA,
2015.

101f.; il.

Orientadora: Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus.
Coorientador: Claudio Orlando Costa do Nascimento.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia
Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências.

1. Ensino superior – Reforma universitária. 2. Ensino superior – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 3. Políticas públicas – Análise. I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. II. Título.

CDD: 378

MÁRCIA REGINA SANTOS DA SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA, EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR:
ASPECTOS DO REUNI NA UFRB**

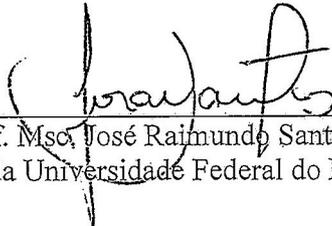
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 28 de setembro de 2015.

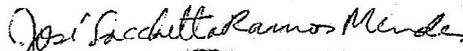
Banca examinadora



Prof. Dr. José Fernandes de Melo Filho
Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Prof. Msc. José Raimundo Santos de Jesus
Professor Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Prof. Dr. José Aurivaldo Sacchetta Ramos Mendes
Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia - UFBA

A todos aqueles que entenderam minha necessidade de dedicação aos estudos neste Curso: meus amores. Realização de um sonho. Motivação de vida. Conquista.
Dedico, especialmente, ao amor que ganhei nesta trajetória de dois anos: Jaci Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Conclusão de uma etapa graças ao apoio, companheirismo, cumplicidade e amor de muitas pessoas, então, é chegado o momento de agradecer.

À Deus, pela presença viva em todos os meus dias, livrando do mal, motivando a perseverança para alcançar o objetivo pretendido.

Aos meus pais, pelo entendimento das ausências, pelo exemplo de vida, minhas fontes de inspiração.

À Jaci Oliveira, minha segunda mãe que ganhei graças ao Mestrado, muita dedicação, não me sentia fora de casa, uma verdadeira guerreira doce, minha iluminação, muito obrigada é pouco por todo acolhimento, não me cansarei de dizer: Amo Você pelo resto da minha vida.

Ao meu irmão, Rafael, pela paz concedida às nossas vidas, pela escolha acertada.

À Egidio Pinheiro, pela torcida, presença e ausências, não tem jeito, nossos destinos foram traçados na maternidade.

À Verusca Viana e à Rosângela Medeiros, tudo se tornou melhor e mais fácil com a chegada de vocês.

À Cláudia Godoy, por tudo, principalmente, pelo presente maior que me deu: Jaci Oliveira.

Aos meus orientadores, pela confiança, dedicação e cobranças que não me deixaram desistir.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, por tudo que representa em minha trajetória e por me permitir fazer parte da sua construção.

Aos colegas da UFRB, pelo estímulo e encorajamento.

À Rodrigo de Souza, pela companhia, mesmo distante, cumplicidade e pelo carinho e apoio.

À Leandro Barreto, pela indicação dos orientadores e estímulo.

À Rosilda Santana, pela força e confiança.

Aos meu colegas-amigos encontrados e que me encontraram: Ivana, Iolanda, Aldelice, Gustavo Porto e Wilton: parceira para uma vida toda.

À Eurídes Neta, minha Psicóloga, amiga, cúmplice e ouvinte.

À Universidade Federal da Bahia, por me proporcionar a realização deste sonho.

À Caroline Fantinel, oráculo, minha bússola norteadora.

(...)

*Nada a temer senão o correr da luta
Nada a fazer senão esquecer o medo
Abrir o peito a força, numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura*

*Longe se vai
Sonhando demais
Mas onde se chega assim*

(MAGRÃO, Sérgio).

RESUMO

A presente pesquisa aborda a educação superior pública no Brasil, no que tange ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído através do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que possui a pretensão de expandir e interiorizar esta modalidade de ensino, e os aspectos deste programa na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Tem como base a análise da literatura documental sobre a temática, verificação nos documentos da instituição em estudo e investigação dos seguintes tópicos: panorama da educação superior no Brasil, a política pública para a expansão e interiorização do ensino superior e o Projeto REUNI da UFRB. Os resultados desta pesquisa reafirmam a elitização do ensino superior brasileiro, a necessidade de elaboração de estratégias que permitam a expansão e consolidação das instituições federais de ensino superior e o aperfeiçoamento de instrumentos que garantam a democratização do acesso e a permanência no ensino superior no país.

Palavras-chaves: Expansão, Ensino Superior, Interiorização, REUNI.

ABSTRACT

This research discusses public higher education in Brazil, with respect to the Program of Support for Restructuring and Expansion of Federal Universities Plans – REUNI, established through Presidential Decree no. 6,096, on April 24th, 2007, which has the intention to expand and internalize this kind of education, and their impacts of implementing at the Federal University of Reconcavo of Bahia – UFRB. It is based on the analysis of documentary literature about the theme, verification the documents of the institution studied and investigation of the following topics: the scenery higher education in Brazil, the public policy of expansion and internalization higher education and this project Reuni at the UFRB. These results reaffirm the elitism of Brazilian higher education, the need to formulate strategies to the expansion and consolidation of federal institutions of higher education and the development of instruments to ensure the democratization of access and permanence in higher education in the country.

Keywords: Expansion, Higher Education, Internalization, REUNI.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EC	Emenda Constitucional
PNE	Plano Nacional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
PPGEISU	Programa de Pós-Graduação em estudos Interdisciplinares sobre a Universidade
CF	Constituição Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
IES	Instituições de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
MP	Medida Provisória
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
CAIXA	Caixa Econômica Federal
PCE	Programa de Crédito Educativo
FNDE	Fundo Nacional da Educação
BB	Banco do Brasil
FGEDUC	Fundo de Garantia de Operações de Crédito
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
Secrie	Secretaria de Inclusão Educacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
DIP	Diplomados nos cursos de graduação presencial
ING	Ingresso oferecido pela instituição
SESU	Secretaria de Ensino Superior
EAD	Educação à Distância
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFOBA	Universidade Federal do Oeste da Bahia
CCS	Centro de Ensino de Ciências da Saúde
IFBA	Instituto Federal da Bahia
CFP	Centro de Ensino de Formação de Professores
CAHL	Centro de Ensino em Artes, Humanidades e Letras
CCAAB	Centro de Ensino em Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
CETEC	Centro de Ensino em Ciências Exatas e Tecnológicas
CETENS	Centro de Ensino em Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CECULT	Centro de Ensino em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CETEB	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia
SSOA	Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação da UFBA
CONSUNI	Conselho Universitário
UNIAF	Unidade de Afiliação Universitária
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPAAE	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
BCET	Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas
BIS	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Saúde
BES	Bacharelado em Energia e Sustentabilidade
BICULT	Bacharelado em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
NUFORDES	Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
NUDEC	Núcleo de Diversidade, Educação e Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do Território do Recôncavo da Bahia	60
Figura 2	Detalhamento da dimensão 1 - Ampliação da oferta da Educação Superior Pública	66
Quadro 1	Oferta de cursos de graduação da UFRB por Centro pós-REUNI	67
Quadro 2	Oferta dos Cursos de Graduação com respectivos quantitativos de vagas por Centro de Ensino da UFRB até 2011.	74
Quadro 3	Oferta dos Cursos de Graduação com respectivos quantitativos de vagas por Centro de Ensino da UFRB até 2011: vagas ofertadas x vagas pactuadas	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2001 a 2014)	25
Tabela 2	Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2005 a 2010)	26
Tabela 3	Classificação das Universidades, segundo a entidade federativa, por região no ano de 2005.	27
Tabela 4	Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2011 a 2013)	28
Tabela 5	Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2001 a 2004)	29
Tabela 6	Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2005 a 2010)	30
Tabela 7	Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2011 a 2013)	30
Tabela 08	Taxa de escolarização líquida por UF (2001 a 2004)	31
Tabela 09	Taxa de escolarização líquida por UF (2005 a 2011)	33
Tabela 10	Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2005 a 2008).	37
Tabela 11	Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2009 a 2012).	38
Tabela 12	Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2013 a 2015*).	38
Tabela 13	Dados do FIES (2005 a 2009).	42
Tabela 14	Quantitativo de Contratos celebrados pelo FIES (2010 a 2014).	46
Tabela 15	Percentual de Desistência nos cursos de graduação da UFRB em 2011	79
Tabela 16	Quantitativo de estudantes da UFRB em mobilidade acadêmica (2011)	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2001 a 2014)	25
Gráfico 2	Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2005 a 2010)	26
Gráfico 3	Classificação das Universidades, segundo a entidade federativa, por região no ano de 2005.	27
Gráfico 4	Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2011 a 2013)	28
Gráfico 5	Quantitativo de Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa no Brasil (2001 a 2013).	28
Gráfico 6	Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2001 a 2004)	29
Gráfico 7	Taxa de escolarização líquida por UF (2001 a 2004)	32
Gráfico 8	Taxa de escolarização líquida por UF (2005 a 2011)	33
Gráfico 9	Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2005 a 2008).	37
Gráfico 10	Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2009 a 2012).	38
Gráfico 11	Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2013 a 2015*).	39
Gráfico 12	Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2005 a 2015*).	39
Gráfico 13	Quantitativo de inscritos X Quantitativo de contratos (2005 a 2009)	42
Gráfico 14	Valor do repasse (R\$) para o FIES no período de 2005 a 2009	43
Gráfico 15	Quantitativo de Contratos celebrados pelo FIES (2010 a 2014)	46
Gráfico 16	Quantitativo de inscritos processo seletivo para graduação da UFRB (2009 - 2011).	77

Sumário

Introdução	14
1-Panorama da Educação Superior no Brasil: de 2001 a 2015.	20
1.1. Histórico da Educação Superior no Brasil	20
1.2. Elitização do Ensino Superior no Brasil.....	24
1.3. Taxa de Escolarização Líquida: descompasso regional	31
1.4. A democratização do acesso: programas e políticas públicas	33
1.4.1. ENEM x Novo ENEM	33
1.4.2. O Programa Universidade para Todos: PROUNI	35
1.4.3. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior: FIES.....	39
2- A Política Pública para a Expansão e Interiorização do Ensino Superior.....	47
2.1. Contextualização	47
2.2 Planos de Educação.....	48
2.3. Políticas Públicas voltadas para Educação Superior	50
3- O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	54
3.1. O REUNI no Estado da Bahia.....	60
3.2. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	62
3.2.1. O Plano de Reestruturação da UFRB	65
Discussão dos Resultados.....	73
Considerações Finais.....	88
REFERÊNCIAS	93

Introdução

A educação é uma dimensão precípua para o exercício da cidadania. É através da educação que é permitido ao indivíduo atuar no mundo social. Posto isto, a implementação de políticas públicas necessita garantir a participação dos indivíduos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, a inserção no mundo profissional.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 já apresenta a Educação como o primeiro Direito Social. É a partir do acesso à educação, que o ser humano passa a exercer o direito à cidadania, enquanto eleitor e usuário dos serviços públicos.

A instituição educacional, então, passa a ser considerada como lugar do direito ao saber e à cidadania. A conceituação da educação como direito social, sem dúvida, advinda das lutas sociais, se apresenta sendo dever do Estado.

Como a educação formal permite ao cidadão conhecimento, e o prepara para a vida no meio social, é nítida a relação existente entre as questões: desigualdade social e deficiências no sistema educacional. Entende-se que, não é possível diminuir desigualdade social em uma sociedade sem instrução, e muito menos educar adequadamente famílias que vivem na miséria.

Sendo assim, ao se traçar uma política educacional é preciso ter clareza que a simples abertura de estabelecimentos educacionais não poderá combater a pobreza. Isto porque, pobreza e ausência de escolarização são problemas sociais que necessitam ser tratados simultaneamente.

Algumas características típicas de países em desenvolvimento estão presentes no Brasil de forma mais acentuada, como, por exemplo, a desigualdade social e as deficiências no sistema educacional. A principal justificativa para a existência destas características no país, deve-se ao fato que durante o século XIX, momento em que a cidadania ampliava-se e universalizava-se a educação básica nos países desenvolvidos, o Brasil ainda mantinha uma sociedade escravocrata, ou seja, trata-se de uma questão histórica com raízes fincadas na estrutura social e econômica.

O conceito de desenvolvimento aqui abordado é aquele definido por Furtado (2000), o qual diz que desenvolvimento é o resultado de um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento, e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo

intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas de um país.

Desde a primeira Constituição Federal Brasileira, datada de 1824, conhecida como constituição imperial, os escravos, índios e as mulheres não eram considerados como cidadãos. No capítulo das "Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros", a instrução primária gratuita é reconhecida como direito para os cidadãos brasileiros, estes definidos no art. 6º como aqueles nascidos no Brasil, quer sejam ingênuos ou libertos.

Em 1888, ocorre oficialmente a abolição da escravatura no Brasil, último país do ocidente a abolir a escravidão negra. A partir da República Federativa, representativa e presidencialista instaurada em 1891, extingue-se o voto censitário, passando a existir o voto universal, masculino e letrado, assim, a instrução tornou-se condição para exercício dos direitos políticos.

Desta forma, no final do século XIX ocorreram eventos importantes para o país, uma vez que houve a troca de regime político, a abolição da escravatura, a introdução de mão-de-obra livre, a política imigratória, a presença do povo negro já fora da condição de escravo e o primeiro surto industrial.

Logo, a condição de cidadão para a maior parte da população brasileira, constituída por ex-escravos e descendentes, índios e mulheres só se constituiu como uma verdadeira questão social e racial no início do século XX. Ou seja, o fim da escravidão não representou solução para o povo negro, na condição de cidadão no Brasil, pois enquanto libertos depararam-se sem condição de retornar à terra natal e obrigados a conviver numa sociedade que não o aceitava e marcada pelas desigualdades sociais e exclusão racial.

É neste contexto de exclusão social, que se fundamenta a origem dos problemas do sistema educacional brasileiro, que se caracteriza como elitista, e como um direito para apenas para uma pequena parcela da sociedade.

Para mudar estas características do sistema educacional brasileiro, o planejamento se constitui como importante instrumento das políticas públicas educacionais, uma vez que assume o compromisso de ações contínuas para a eliminação das desigualdades sociais que são históricas no Brasil. Por este motivo, foram criados os planos de educação, que são documentos com força

de lei, que estabelecem metas para que seja assegurado o direito à educação de qualidade nos municípios, estados e no país, no período de dez anos.

A Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que os planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para ser executado.

É importante ressaltar que, desde o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006), o Brasil tem destacado a necessidade de garantir educação básica adequada ao conjunto da população e oferecer oportunidades de escolarização posterior ao número crescente de jovens, o que significa que a questão educacional deixou de ser tratada como uma teoria de boas intenções. O fato, por exemplo, de lideranças, tanto sindicais como empresariais, estarem preocupadas com as deficiências do nosso sistema educacional, revela-se um indicador seguro de que a educação está se constituindo, verdadeiramente, como pauta prioritária na agenda nacional.

A educação superior pública brasileira vivenciou, nas últimas décadas do século XX, uma crise decorrente, principalmente, da falta de recursos humanos, financeiros e materiais. Várias atividades nas universidades foram prejudicadas, o que aumentou a distância entre o saber produzido na academia e a população que se encontra para além dos muros universitários.

Considerando a importância da educação, principalmente a superior, o Governo Federal Brasileiro, durante a gestão popular do presidente Lula, instituiu, através do Decreto de 20 de outubro de 2003, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado com o objetivo de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O relatório final do GTI reconheceu a crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais e apontou como solução um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais, além de uma reforma universitária mais profunda. (Brasil, 2003).

A partir do relatório apresentado pelo GTI foi possível a formulação de políticas públicas para a reestruturação, expansão e interiorização do ensino superior, e assim foi lançado o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, através do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Associado ao REUNI, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), implantado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, o objetivo é de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

A definição de política pública trazida por Peters (1986), que considera política pública como a soma das atividades dos governos, que age diretamente ou através de delegação, e que influencia a vida dos cidadãos, é que se justifica o âmbito da abordagem do REUNI nesta pesquisa, enquanto política pública.

O Ensino Superior definido como subsistema educacional pela LDB, é o responsável pela dinâmica dos processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e da cultura, além de desempenhar papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico de um país, sendo este subsistema o objeto do presente estudo de caso, que se circunscreve ao longo do período de 2001 a 2015. Para tanto, o projeto REUNI da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, no que se refere às ações/dimensões acadêmicas relacionadas ao acesso e à permanência, desta forma, não abrangendo os aspectos orçamentários e financeiros, se configura como unidade de análise.

A motivação da pesquisa esteve ancorada no fato de ser integrante da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, desde 2007, na condição de servidora técnica-administrativa, participante da gestão administrativa dessa universidade, exercendo funções gratificadas e cargo de direção durante a trajetória de oito anos.

A minha escolha profissional de compor o quadro de servidores da UFRB, foi fruto da origem da classe trabalhadora, filha de mecânico e de uma dona de casa, que motivaram meus estudos e o ingresso na graduação na Universidade pública, gratuita e de qualidade, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, *campus* de Santo Antonio de Jesus, Departamento de Ciências Humanas, resultado da expansão da rede estadual do ensino superior.

Após meu ingresso na UNEB estive durante quatro anos como representante estudantil, onde vivenciei todas as dificuldades impostas ao Ensino Superior Público no interior da Bahia, e tive a possibilidade de acessar este sistema de ensino, na mesma cidade onde morava com minha família sem a necessidade de deslocamento para outras cidades. Estes aspectos foram decisivos para o êxito na minha formação acadêmica, concluída no curso de Administração em 2006.

O interesse de estudar os aspectos da implantação do REUNI na UFRB aparecem como motivação desta pesquisa que se classifica como quantitativa e qualitativa, estudo de caso único e exploratório. Sendo assim, foram realizadas investigações na literatura sobre educação superior no Brasil, que permitiram a construção do panorama do ensino superior, política pública para a expansão e interiorização do ensino superior. Além disso, foram estudados os documentos institucionais da UFRB, fonte dos dados apresentados do projeto REUNI/UFRB.

Ao ingressar na UFRB em maio de 2007, ouvi muitos comentários acerca do REUNI, naquele momento, não conhecia a Política e ficava sem entender todo movimento, na maioria, contrário. As críticas existentes na UFRB partiam do discurso que a UFRB ainda não estava sendo implantada e já seria expandida. Por outro lado, falava-se que a não adesão impactaria no recebimento de recursos financeiros. Enfim, apesar das manifestações contrárias, a UFRB fez a adesão ao REUNI no ano de 2007.

Para o desenvolvimento do estudo fiz a opção pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade - PPGEISU da Universidade Federal da Bahia - UFBA, justificada pelo encantamento em desvendar a UNIVERSIDADE. A vontade de estudar a Universidade, aliada à curiosidade de conhecer a política pública que permitiu a criação da UFRB, meu primeiro emprego, segunda universidade federal do Estado da Bahia, me levaram ao PPGEISU com a proposta de estudar o REUNI.

Devido à formação em Administração, sempre estive preocupada e atenta às questões da gestão da UFRB. E, é este engajamento, que me coloca neste lugar e nesta condição de pesquisadora implicada com meu objeto de pesquisa.

A estrutura desta pesquisa é composta de três capítulos:

No Capítulo 1 - Panorama da Educação Superior no Brasil: de 2001 a 2015, foi feita a contextualização histórica da educação superior, desde sua origem até os dias atuais. Esta análise

permitiu encontrar as justificativas das características elitista e excludente do processo educacional no Brasil;

No Capítulo 2 - Políticas Públicas para a Expansão e Interiorização do Ensino Superior, foram expostos os conceitos e as definições de política pública feitas por autores como Bobbio (1995) e Celina Souza (2003), apresentaram-se, também as políticas públicas para educação superior, principalmente aquelas oriundas dos governos do presidente Lula; e

No Capítulo 3 - O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, descreveu-se a origem e as características do programa, apresentou-se a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, bem como seu plano de reestruturação.

1-Panorama da Educação Superior no Brasil: de 2001 a 2015.

1.1. Histórico da Educação Superior no Brasil

A história da educação possui influência da religião, principalmente o ensino superior que inicialmente era praticado nos monastérios, local conhecido pela produção do conhecimento. Conforme Santos (1995) no ocidente a instituição de ensino que veio a ser nomeada como "universidade" emergiu nos tempos medievais.

As primeiras universidades foram fundadas na Itália e na França, no século XIX. Essas universidades pioneiras eram abertamente escolásticas, absorvendo o papel social das instituições religiosas que haviam sido sua semente. (...) A universidade escolástica era geradora e guardiã da *doxa*, ou doutrina, aquela modalidade de conhecimento que se define pelo completo respeito às fontes sagradas da autoridade. (Almeida Filho, 2008, p. 112).

No Brasil, a educação possui práticas excludentes com características elitistas desde o período colonial (1500-1822). A missão educacional da Companhia de Jesus, por exemplo, não contemplou os índios existentes no país, mas sim, os filhos dos proprietários agrários. Ou seja, as primeiras ações pedagógicas desenvolvidas no Brasil colônia só foram usufruídas por aqueles pertencentes às famílias abastadas.

Na primeira metade do século XVI inicia-se no país a adoção de mão-de-obra escrava oriunda do continente africano para trabalhar na produção açucareira. A mão-de-obra dos negros africanos era utilizada nos engenhos do nordeste brasileiro. Os traficantes de escravos vendiam os africanos no Brasil como mercadorias. Isto significa que o negro africano apesar de compor a sociedade brasileira, não era considerado como cidadão.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil retardou o processo de independência, provocou, também, o adiamento da criação da primeira universidade brasileira, que só se deu em 1930. Proclamada a República, a Carta Magna permitiu a descentralização do ensino superior e, assim, o aparecimento de novas instituições, tanto as de caráter público (estaduais e municipais) como as da iniciativa privada.

Mesmo com o direcionamento para as elites, segundo Sguissardi (2004), a idéia de universidade no Brasil fora negada pela Coroa Portuguesa aos Jesuítas. O objetivo de Portugal em proibir a criação de universidades na colônia, era de não fomentar possíveis movimentos em

prol da independência do Brasil, isto devido, principalmente, aos ideais iluministas pregados no século XVIII que já eram percebidos em vários locais da América.

Apesar das tentativas para a criação de Universidades, até mesmo no século XVI, com o colégio dos jesuítas, e com a implantação de cursos superiores no período de D. João VI (1808), ao longo dos períodos imperiais e da República Velha, a universidade no Brasil, é fundada em 1920, através de ato que consubstanciou a Universidade do Rio de Janeiro. Tal ensino foi marcado pela formalização, o que é ressaltado pela ocorrência de inúmeras legislações que caracterizam até hoje o ensino superior brasileiro como de magnitude, o maior da América Latina, voltado às elites, com um grau de privatização, dependente do governo central, diversificado em instituições públicas e privadas e em cursos de graduação, seqüenciais, tecnológicos e de pós-graduação, com um forte sistema nacional de avaliação. (MOROSINI, 2011, p. 18).

Em razão disso, o ensino superior no país se inicia de forma tardia. Morosini (2011) acrescenta que as primeiras experiências do ensino superior no Brasil só ocorreram 308 anos depois da chegada dos colonizadores, a partir da vinda da família real portuguesa no Brasil, em 1808. Os cursos superiores criados neste período possuíam duas marcas: cursos isolados - não universitários e com preocupação profissionalizante. Fortemente influenciado pelo modelo francês, o ensino superior brasileiro não superou a orientação clássica, prevalecendo, assim, a desvinculação entre teoria e prática. Os principais cursos eram voltados para o ensino médico, de engenharia, de direito, de agricultura e de artes.

A partir da década de 20, com o desenvolvimento da industrialização no país, passam a ocorrer transformações econômicas, culturais e urbanas, além de ideais de reforma de todo sistema de ensino, principalmente o superior. Neste período, surgiu o movimento de modernização do ensino, que para Durham (2005), a proposta era de substituição do sistema existente:

"O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisas."

O modelo e o formato de estruturação da educação superior, foi derivado do governo federal, isso porque a estruturação do setor se caracterizou pela ascendência do governo central

sobre as províncias e sobre as iniciativas particulares. As escolas ou faculdades livres necessitavam ser equiparadas, por ato do governo, às oficiais, para que pudessem obter prerrogativas como a concessão de grau superior.

No período populista, entre 1947 e 1964, houve um processo de integração do ensino superior, no qual ocorreu a criação de universidades e a federalização de algumas já existentes. No ano de 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases que acabou reproduzindo o modelo de ensino superior vigente. Desse modo, continuou o modelo de cátedras vitalícias, faculdades isoladas e as universidades seriam apenas uma composição de cursos isolados. Ainda nessa proposta se enfatizou a importância de um estabelecimento voltado exclusivamente para o ensino.

Na década de 1960, a população passou a declarar a sua insatisfação com relação à educação superior, no país, assim o governo resolveu abrir um espaço de discussão para uma Reforma Universitária. Desta forma, com o Decreto 62.937, foi instituído um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de Reforma Universitária, com o fim de garantir eficiência, flexibilidade administrativa e modernização a esse grau de ensino.

A Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, corresponde a Lei da Reforma Universitária, considerada, até hoje, como a grande modificação feita na educação superior brasileira. Segundo Morhy (2004), a Reforma trouxe mudanças significativas para a estrutura da universidade como, por exemplo, o vestibular classificatório, a criação de institutos básicos e departamentos, cursos de curta duração, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, regimes de tempo integral e dedicação exclusiva de professores, institucionalização da pesquisa e extinção das cátedras.

Na década de 1970, o setor público teve um crescimento limitado, enquanto que o setor privado passou por uma expansão através da criação de faculdades isoladas, em regiões próximas às periferias das grandes metrópoles e em cidades de médio e pequeno porte (OLIVEN, 2002, p.39).

A Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe alguns benefícios para educação superior como a aplicação de 18% da receita anual de impostos federais para o desenvolvimento da educação, a consolidação da gratuidade da educação pública, indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e autonomia das universidades, e um regime jurídico único (OLIVEN, 2002, p. 42).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, apresentou a igualdade, liberdade e pluralismo da educação pública, garantia da qualidade do ensino, qualificação docente e avaliação sistemática.

Nos anos de 1990, o ensino superior privado voltou a crescer como revelam os dados do Censo das Instituições de Ensino Superior de 1995, no qual havia um total de 894 instituições de educação superior, dessas 684 privadas e 210 públicas (incluindo as municipais, estaduais e federais).

No ano de 2008, o Censo de Educação Superior revelou que no Brasil haviam 2.252 instituições de educação superior, sendo dessas 183 universidades, 124 centros universitários, 1911 faculdades, 34 CEFET e IFET. A partir dos dados do Censo da Educação Superior no período de 1995 a 2008, é possível constatar que neste período não existiram alterações no quantitativo das instituições públicas de educação superior no país, em contrapartida, o sistema privado cresceu três vezes mais que o público.

A necessidade de mudar o cenário elitista do ensino superior público brasileiro motivou o Governo Federal a unir esforços através do Ministério da Educação - MEC e suas Secretarias, que juntos buscaram atender às demandas de redução das desigualdades regionais e sociais em relação ao acesso e permanência de estudantes na educação superior no país.

Associado a este quadro de demanda socio-econômica, aos processos tecnológicos e à globalização têm incentivado a sociedade contemporânea brasileira a ampliar o ingresso no ensino superior. O acesso à educação no Brasil é um problema histórico, e é acentuado quando se trata do ingresso nas instituições de ensino superior públicas. Segundo o MEC (2001), desde os anos 90, as instituições particulares contam com mais de 70% das matrículas realizadas na educação superior.

O Brasil no século XXI, ainda apresenta um grande descompasso no acesso dos jovens ao ensino superior, seja quando comparado às regiões do país, seja em relação ao recorte sócio-econômico e étnico-racial da população, ou quando comparado com o quadro internacional mais geral, ou mesmo latino-americano.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO apontou, em 2012, que, além da dificuldade para o acesso ao ensino superior no Brasil, ainda existe a elitização neste nível de ensino, o que não permite que a população carente e pobre do país tenha possibilidade de ingressar em instituições de ensino superior. Por este motivo, apenas

cerca de 15% da população entre 18 e 24 anos está matriculada no ensino superior, índice inferior ao Chile (38%) e Colômbia (22%). Estes dados confirmam os reflexos de problemas sociais da sociedade brasileira, como por exemplo a concentração de riquezas e o desequilíbrio sócio-econômico.

1.2. Elitização do Ensino Superior no Brasil

A estagnação do ensino superior público no Brasil torna-se visível quando são realizadas, por exemplo, análises de séries temporais em relação ao quantitativo de instituições de ensino, número de matrículas, criação de cursos, dentre outros, considerando a categoria administrativa, que estabelece a classificação de público e privado. Entre 2003 e 2010, segundo dados do censo da educação superior (2011), o índice de matrículas no ensino superior brasileiro aumentou 134%, principalmente pela participação das instituições privadas, que responderam por 70,8% das matrículas.

A taxonomia institucional existente não ressalta importantes fronteiras que separam e caracterizam um setor mercantil, quando comparado ao setor público, ou com aquele comunitário e sem fins lucrativos. O governo brasileiro classifica as instituições de ensino superior (IES) de acordo com dois critérios: organização acadêmica e categoria administrativa. A organização acadêmica corresponde à estruturação das instituições, que abrange: universidades, centros universitários, centros federais de educação tecnológica, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores. Quanto à categoria administrativa, existem dois grupos: instituições públicas e privadas. As públicas classificadas em instituições federais, estaduais ou municipais, dependendo da instância de governo à qual pertencam. E as privadas, divididas em comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares.

O Censo da Educação Superior realizado em 2009, mostrou que no período de 2001 a 2004 foram criadas 41 (quarenta e uma) instituições de ensino superior públicas no Brasil, o que equivale ao crescimento de 6,5%, dados apresentados na tabela 1 e no gráfico 1.

Tabela 1: Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2001 a 2004).

Ano	IES		Total
	Públicas	Privadas	
2001	183	1.208	1.391
2002	195	1.442	1.637
2003	207	1.652	1.859
2004	224	1.789	2.013

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2009.

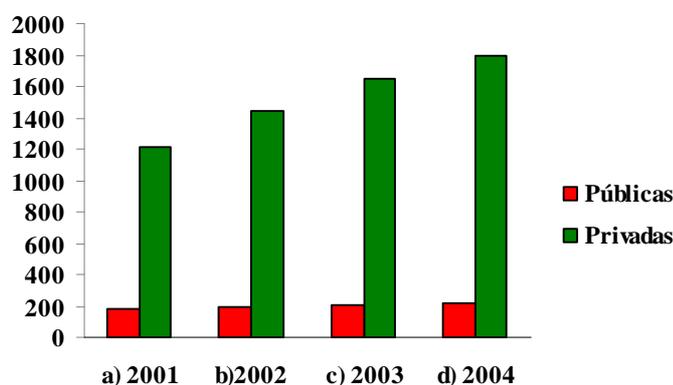


Gráfico 1: Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2001 a 2014)

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2009. Elaboração pela autora, 2015.

Na rede privada, no mesmo período, ocorreu o aumento de 93,5%, ou seja, 347 (trezentos e quarenta e sete) novas instituições, o que demonstram a tabela 1 e o gráfico 1. Das 183 instituições de ensino superior públicas existentes, cerca de 85% (156) correspondiam às universidades, sendo que, destas 71 públicas.

A classificação por entidade federativa, a partir dos dados do Censo da Educação Superior (2009), demonstra que em 2001 existiam trinta e nove (39) universidades federais, trinta (30) estaduais e duas (2) municipais no país, ou seja, a União era responsável por, aproximadamente, 55% da rede de ensino superior pública.

Mesmo com a predominância no quantitativo da rede federal no ensino superior público, a relação desse quantitativo quando comparado à rede privada, é imensamente desproporcional nos anos de 2001 a 2004.

A tabela 2 e o gráfico 2 apresentam o quantitativo de instituições de ensino superior no período de 2005 a 2010. Do total das 2.378 (duas mil trezentos e setenta e oito) IES existentes no

país em 2010, apenas 12% correspondiam àquelas pertencentes à rede pública e 88% pertenciam à rede privada. (INEP, 2013).

Além disso, houve um crescimento médio de 20%, no mesmo período, deste tipo de instituição, ou seja, em cinco anos foram criadas em todo país, 47 (quarenta e sete) IES públicas, como consequência das políticas públicas criadas pelo governo federal com o objetivo de impulsionar a rede de ensino superior pública.

Tabela 2: Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2005 a 2010)

Ano	IES		
	Públicas	Privadas	Total
2005	231	1.934	2.165
2006	248	2.022	2.270
2007	249	2.032	2.281
2008	236	2.016	2.252
2009	245	2.069	2.314
2010	278	2.100	2.378

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2013.

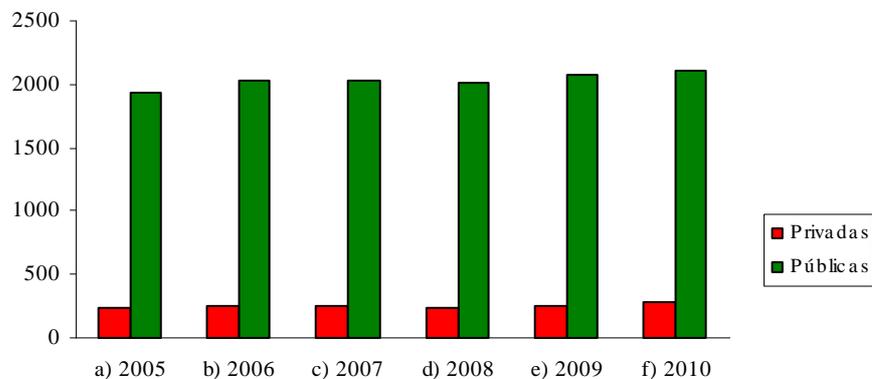


Gráfico 2: Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2005 a 2010)

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2013. Elaborado pela autora, 2015.

Estas políticas públicas surgiram depois da análise do Grupo de Trabalho Interministerial, que foi criado a partir do Decreto de 20 de outubro de 2003 com a incumbência de analisar o ensino superior no Brasil e apresentar propostas de melhoria das IFES. O GTI reconheceu os problemas vivenciados das universidades federais, como por exemplo, infraestrutura e quadros de servidores docentes e técnico-administrativos deficitários, a partir disso propôs, emergencialmente, um plano para reformar a educação superior no país.

No ano de 2005, das 231 instituições de ensino superior existentes no Brasil, 176 correspondiam às universidades, destas, 90 públicas e 86 privadas. Do total das universidades públicas (90), 52 correspondiam às federais, 33 estaduais e 5 municipais.

A distribuição regional das universidades no Brasil, também registra uma questão social, o que mostram a tabela 3 e no gráfico 3. Os dados traduzem claramente as desigualdades regionais, no ano de 2005, principalmente, entre as regiões norte, nordeste e sudeste. A região norte possuía 12 universidades, sendo 11 públicas, já a região sudeste possuía 78 universidades, destas, 18 federais. O somatório das universidades das regiões norte e nordeste correspondiam a 57,6% do quantitativo total de universidades da região sudeste.

Tabela 3: Classificação das Universidades, segundo a entidade federativa, por região no ano de 2005.

Categoria Administrativa	Entidade Federativa	Região				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Pública	Federal	8	14	18	7	5
	Estadual	3	13	7	7	3
	Municipal	0	0	2	3	0
	Total	11	27	27	17	8
Privada	Nacional	1	6	51	22	6
Total de Universidades		12	33	78	39	14

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2013.

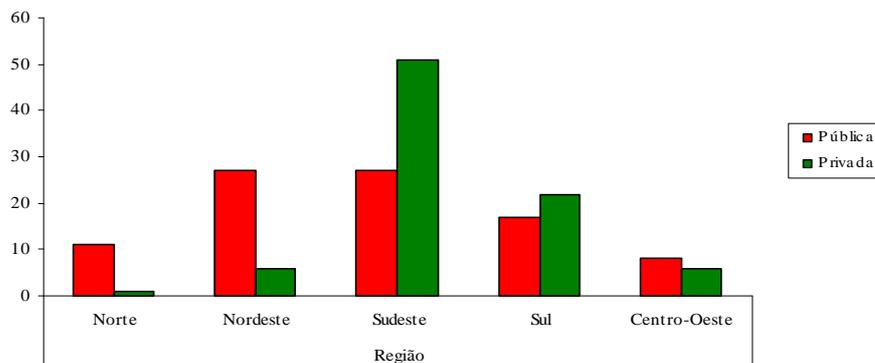


Gráfico 3: Classificação das Universidades, segundo a entidade federativa por região no ano 2005.

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2013. Elaborado pela autora, 2015.

Entre os anos de 2011 a 2013 houve o menor crescimento das instituições de ensino superior privadas (0,44%), quando comparado ao crescimento das IES públicas que foi de 6%, conforme se verificam na tabela 4 e no gráfico 4. (INEP, 2013).

Tabela 4: Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2011 a 2013)

Ano	IES		
	Públicas	Privadas	Total
2011	284	2.081	2.365
2012	304	2.112	2.416
2013	301	2.090	2.391

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2013 atualizado em 07/05/2015.

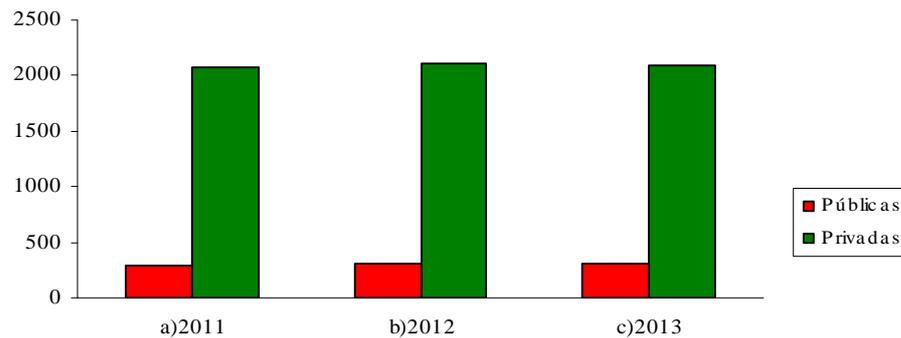


Gráfico 4: Quantitativo de IES no Brasil, segundo a categoria administrativa (2011-2013).

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2013 atualizado em 07/05/2015. Elaborado pela autora, 2015.

O gráfico 5 consolida o quantitativo das instituições de ensino superior no Brasil, por categoria administrativa, no período de 2001 a 2013.

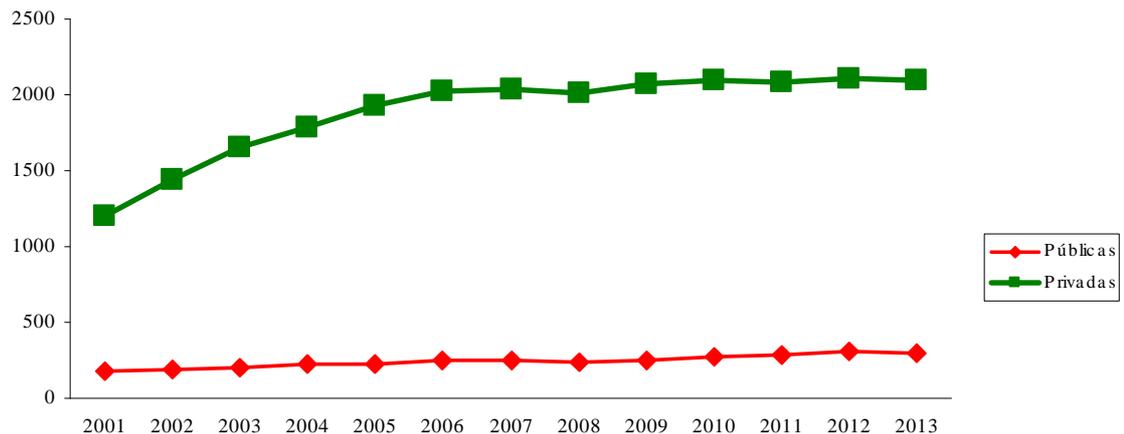


Gráfico 5: Quantitativo de Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa no Brasil (2001 a 2013).

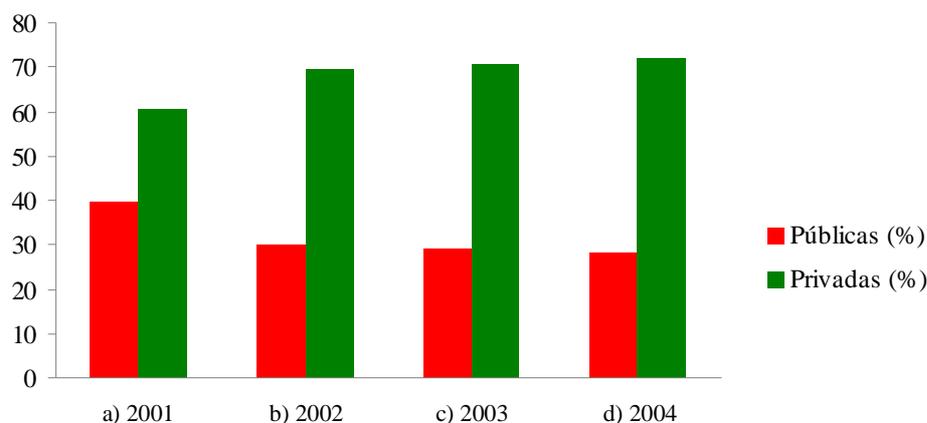
Fonte: INEP. Censo da Educação Superior 2001 a 2013. Elaborado pela autora, 2015.

O quantitativo de matrículas na graduação no Brasil entre os anos de 2001 a 2014, considerando a categoria administrativa das IES, é apresentado na tabela 5 e no gráfico 6.

Tabela 5 - Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2001 a 2004)

Ano	Públicas		Privadas		Total
	Número	%	Número	%	
2001	735.427	39,35	1.133.102	60,65	1.868.529
2002	1.051.655	30,22	2.428.258	69,78	3.479.913
2003	1.136.370	29,23	2.750.652	70,77	3.887.022
2004	1.178.328	28,29	2.985.405	71,71	4.163.733
Total	4.101.780	30,62	9.297.417	69,38	13.399.197

Fonte: INEP. Censo da Educação superior, 2009.

**Gráfico 6: Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2001 a 2004).**

Fonte: INEP. Censo da Educação superior, 2009. Elaborado pela autora, 2014.

Os dados mostram que as instituições de ensino superior públicas foram responsáveis por somente 19% do aumento das matrículas realizadas e que, as privadas no mesmo período concentraram aproximadamente 70% das matrículas realizadas. O ano de 2004 foi o que apresentou maior divergência entre as instituições públicas e privadas em relação ao número de matrículas no ensino superior efetivadas.

A metodologia para o acesso às instituições públicas de ensino superior no período compreendido de 2001 a 2004, foi o vestibular tradicional, bastante concorrido, realizado individualmente por cada instituição, configurava-se também como fator limitador para este acesso, sendo mais atrativo o ingresso disponibilizado pela rede privada através da oferta de mais estabelecimentos por todo território nacional, além de processos seletivos menos rigorosos e concorridos.

Em quatro anos (2001 a 2004) houve um aumento de 61% no quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, nas IES públicas, já na rede privada o crescimento, no mesmo período, foi

de aproximadamente 35%, apesar disso, ainda persistiu a concentração quantitativa das matrículas nas IES privadas. (INEP, 2009).

A tabela 6 demonstra o quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES no período de 2005 a 2010.

Tabela 6 - Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2005 a 2010)

Ano	Públicas		Privadas		Total
	Número	%	Número	%	
2005	1.192.189	26,77	3.260.967	73,23	4.453.156
2006	1.209.304	25,86	3.467.342	74,14	4.676.646
2007	1.240.968	25,43	3.639.413	74,57	4.880.381
2008	1.273.965	25,08	3.806.091	74,92	5.080.056
2009	1.351.168	26,41	3.764.728	73,59	5.115.896
2010	1.461.696	26,82	3.987.424	73,18	5.449.120
Total	7.729.290	26,06	21.925.965	73,94	29.655.255

Fonte: INEP. Censo da Educação superior, 2013.

A partir da análise destes quantitativos, é possível notar que quando comparado ao ano de 2008, em 2009, registrou-se uma queda de 1,33% nas matrículas de graduação na rede privada, o que correspondeu a 41.363 matrículas. Já na rede pública, ocorreu um incremento de 1,4% no número das matrículas efetivadas, ou seja, 77.203 novas matrículas. (INEP, 2013).

Entre 2005 e 2010, a rede pública atingiu menos de 30% das matrículas realizadas nas IES.

A tabela 7 mostra o quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2011 a 2013). O percentual acima de 70% de concentração das matrículas na rede de ensino privada é mantido, também, durante o período de 2011 a 2013, o que representa que as instituições de ensino superior pública só conseguiram abranger, aproximadamente, 26% das matrículas realizadas no sistema de ensino superior no Brasil.

Tabela 7 - Quantitativo de matrículas na graduação no Brasil, segundo a categoria administrativa das IES (2011 a 2013)

Ano	Públicas		Privadas		Total
	Número	%	Número	%	
2011	1.773.315	26,31	4.966.374	73,69	6.739.689
2012	1.897.376	26,96	5.140.312	73,04	7.037.688
2013	1.932.527	26,45	5.373.450	73,55	7.305.977
Total	5.603.218	26,58	15.480.136	73,42	21.083.354

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior, 2013, atualizado em 07/05/2015.

Ao longo das séries temporais estudadas fica evidente a expansão do ensino superior através do setor privado, isto porque em doze anos analisados (2001 a 2013) verificamos o predomínio das instituições de ensino superior privadas. Sendo assim, o que se conclui é que o país optou por ampliar a oferta de ensino superior à base do setor privado e em seguida deliberou por estimular a existência de empresas educacionais com finalidades lucrativas. Vale ressaltar, que o setores público e privado se constituem como alternativos e complementares, porém com estruturas e dinâmicas organizacionais distintas, principalmente, no que se refere às finalidades e aos objetivos.

1.3. Taxa de Escolarização Líquida: descompasso regional

Entre os fatores importantes, que mostram a situação do ensino superior no Brasil, destaca-se a taxa de escolarização líquida, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como sendo a percentagem de um grupo etário matriculado, neste caso em uma IES, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. No Brasil, foi definida a idade entre 18 e 24 anos como a ideal para ingresso no ensino superior, por isso o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) estabeleceu a taxa de escolarização líquida de 30% para a população entre 18 e 24 anos.

A população jovem de um país constitui-se como o conjunto da sociedade composto por pessoas que efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho. Porém, são estes jovens que também estão expostos às mazelas sociais. Isto significa, a necessidade de maior atenção dos governantes na formulação de políticas públicas, principalmente as educacionais.

Para a taxa de escolarização líquida brasileira, o maior índice alcançado, no período de 2001 a 2004 (tabela 8 e gráfico 7), foi de 10,5%, o que representa que ao longo de quatro anos, o Brasil conseguiu cumprir, aproximadamente, trinta e três por cento (33%) da meta para a educação superior prevista no PNE 2001-2010.

Tabela 08 – Taxa de escolarização líquida por UF (2001 a 2004)

UF	2001	2002	2003	2004
Norte	5,2	6,7	6	5,6
Nordeste	5	5,1	5,7	5,8
Centro-Oeste	9,7	11,9	12,3	12,1
Sudeste	10,7	11,9	12,6	12,9
Sul	12,5	13,7	15,8	15,2

Fonte: IBGE, PNAD, 2009.

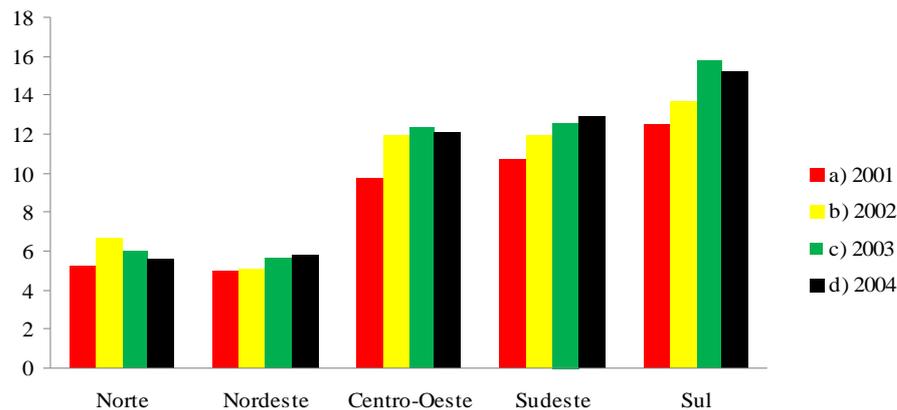


Gráfico 7: Taxa de escolarização líquida por UF (2001 a 2004)

Fonte: IBGE, *PNAD*, 2009. Elaborado pela autora, 2014.

A região nordeste foi a que apresentou as piores taxas de escolarização líquida entre os jovens de 18 a 24 anos. Ressalte-se, ainda, que a grande diferença regional das taxas se manteve durante todo o período de 2001 a 2004. As regiões Norte e Nordeste com menos de 10% com acesso da população jovem (18 a 24 anos) ao ensino superior, já outras com acesso próximo a 20%, a região Sul, em 2003, apresentou 15,8%.

Com o intuito de possibilitar o acesso da demanda reprimida representada, por exemplo, pelos jovens nordestinos, em 2004, que correspondiam a aproximadamente 30% da população brasileira, o Governo Federal, passou a criar Políticas Públicas com o objetivo de expandir e interiorizar o ensino superior público, bem como diminuir as desigualdades regionais, após a apresentação do relatório do GTI acerca da situação das instituições federais de ensino superior no país.

Apesar disso, verifica-se que o Brasil não cumpriu o PNE 2001-2010, em relação à taxa de escolarização líquida: 30% da população com idade de 18 a 24 anos ingressa no ensino superior.

A taxa de escolarização líquida no período de 2005 a 2011, apresentada na tabela 9 e no gráfico 8, indica que a região Centro-Oeste, em 2011, foi a que mais se aproximou da meta do PNE (2001-2010): 23,9%. Em contrapartida, a região nordeste manteve a menor taxa, aproximadamente 9,0.

Tabela 09 – Taxa de escolarização líquida por UF (2005 a 2011)

UF	2005	2007	2009	2011
Brasil	11,2	13,1	14,4	17,6
Norte	7	9	11	11,9
Nordeste	6,1	7,7	9,4	11,9
Centro-Oeste	14	15,6	17,9	23,9
Sudeste	13,8	16,4	16,8	20,1
Sul	16,2	16,8	19,2	22,1

Fonte: IBGE, PNAD, 2012.

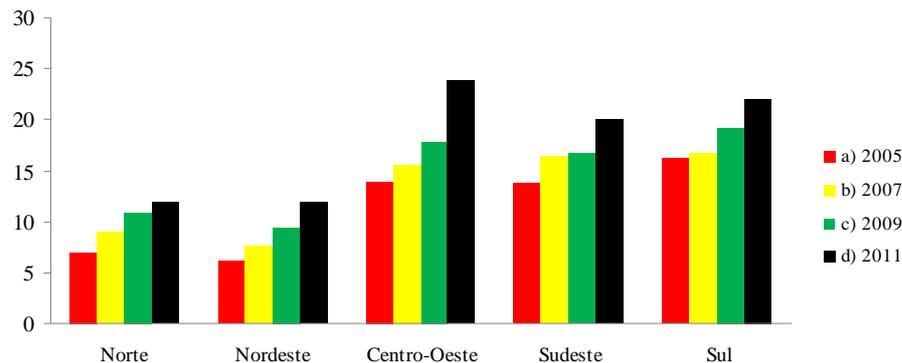


Gráfico 8: Taxa de escolarização líquida por UF (2005 a 2011)

Fonte: IBGE, PNAD, 2012. Elaborado pela autora, 2014.

Os resultados das políticas públicas voltadas para a educação superior implantadas a partir de 2004, embora não tenham atingido as metas do Plano Nacional de Educação para a década de 2001-2010, começaram a apresentar resultados significativos acerca da diminuição das discrepâncias regionais e quanto à ampliação do acesso à educação superior no país.

1.4. A democratização do acesso: programas e políticas públicas

1.4.1. ENEM x Novo ENEM

Ao enfrentar o desafio da criação de políticas de acesso ao ensino superior as nações se deparam com uma questão mais fundamental: como proceder a seleção daqueles que farão parte da sua elite intelectual? Entretanto este tema não é novo. A China foi a primeira nação a buscar uma solução estruturada para ele. Em 605 d.C., durante a Dinastia Sui, foi criado o Exame Imperial que selecionava servidores públicos para compor a elite intelectual do governo chinês. (Silveira, F; Barbosa, M; Silva, R. 2015). Já no Brasil, em 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para avaliar os estudantes que concluíssem o Ensino Médio. Por mais de dez anos, esta era a única função do ENEM, avaliar as habilidades e competências dos estudantes concluintes do ensino médio.

Em 2009, esse instrumento passou a ser utilizado como critério de acesso ao ensino superior. Os estudantes passaram a utilizar o resultado obtido no ENEM para concorrer a bolsas de estudos no ensino superior privado, no Programa Universidade para Todos (PROUNI) e, em substituição ou como forma de acesso complementar aos processos de seleção existentes em algumas instituições públicas e privadas de ensino.

Para o Ministério da Educação, o modelo de avaliação do ENEM destaca-se como inovador, no país, na medida em que rompe com conceitos tradicionais da “educação bancária”¹, que:

[...] concebe o processo de ensino-aprendizagem como uma simples transferência do conhecimento do professor para o aluno, visto como um depositário passivo de quem não se espera mais do que o esforço mecânico de memorização de fatos, regras e conceitos. Ao invés de testar a retenção de conteúdos das diversas disciplinas que compõem o currículo da educação básica, como fazem os vestibulares tradicionais, o Enem exige que o aluno demonstre o domínio de competências e habilidades na solução de problemas, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos na escola e na sua experiência de vida. (BRASIL, 2010, s/p).

A mudança da finalidade do ENEM se apresenta como possibilidade de democratização do acesso do ensino superior, o que significa ampliação das oportunidades de acesso dos egressos do ensino médio ao ensino superior, principalmente, em instituições públicas. A justificativa para unificação dos processos seletivos, antigos vestibulares, das universidades públicas brasileiras, reside no argumento que os problemas de locomoção pelo território brasileiro, especialmente, para aqueles que não possuíam condições financeiras para arcar com deslocamentos para prestar às provas, deixariam de acontecer.

No primeiro semestre de 2009, surgiu a proposta de utilização do ENEM como única forma de acesso ao ensino superior nas Instituições Públicas Federais, ou seja, o objetivo do MEC era a realização de um processo seletivo unificado utilizando as notas do ENEM. Assim, fez modificações no ENEM que passou a ser denominado de Novo ENEM.

Com uma dinâmica diferenciada de provas por áreas de conhecimentos e com a utilização de questões que fossem comparáveis ano a ano, a proposta era que as instituições no gozo de sua autonomia pudessem utilizar o ENEM em seus processos seletivos de três formas possíveis:

¹ Educação Bancária definição de Paulo Freire. Para este autor, o princípio da educação é a atuação passiva do aluno, que nada sabe e o professor é o único detentor do saber. Sendo assim, a educação forma indivíduos acomodados, não questionadores e que se submetem à estrutura de poder vigente.

como fase única com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line; como primeira fase, combinado com o vestibular da instituição e como fase única para as vagas remanescentes do vestibular. (BRASIL, 2010, s/p). A reformulação estruturou o exame em quatro testes, um para cada área do conhecimento: Linguagens e códigos e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias.

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é o recurso eletrônico criado pelo Ministério da Educação para gerenciar o processo seletivo das instituições que aderiram ao ENEM a partir de 2009. Este sistema processa os resultados com as notas devidas e a classificação por curso, a partir dos dados dos candidatos no ENEM e das instituições participantes. Além disso, o sistema permite que a instituição utilize qualquer forma de política afirmativa, bônus diferenciado para os candidatos e peso para as provas, dentre outros.

Através do SISU, é possível a mobilidade em todo o território do Brasil para ingresso na educação superior, uma vez que com o escore obtido no ENEM o candidato pode disputar uma vaga em qualquer Universidade do país, sem precisar prestar provas fora do local onde reside. Além disso, o ENEM é uma medida em prol da igualdade de classes, e que corrobora em outras questões sociais como discriminação racial e de gêneros.

A necessidade de ampliar a oferta de vagas no ensino superior brasileiro, permitiu que o governo lançasse o Programa Universidade para Todos - PROUNI, que surge como alternativa de ingresso em uma IES, desta forma democratizando o acesso, apesar das manifestações contrárias quanto à utilização de recursos públicos no sistema educacional superior privado.

1.4.2. O Programa Universidade para Todos: PROUNI

O Programa Universidade para Todos (PRONI) aparece como o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. Foi criado pelo Governo Federal, em 2004, e institucionalizado através da Lei 11.096, de janeiro de 2005. O público-alvo do programa são estudantes provenientes de famílias de baixa renda. Tem como objetivo principal a inclusão de jovens no ensino superior, através da concessão de bolsas de estudo integrais (estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo) e parciais (estudantes com renda familiar per capita de até três salários mínimos) de 50% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

O PROUNI teve seu lançamento adiado devido a oposições enfrentadas, advindas dos reitores das universidades federais, e também das associações de entidades privadas de ensino

superior, que reivindicavam em troca da abertura de vagas, a isenção do Imposto de Renda e outros tributos devidos pelas instituições com fins lucrativos.

O governo federal brasileiro enviou o Projeto de Lei do PROUNI ao Congresso Nacional após entendimento com os atores envolvidos. O presidente Lula editou, em 10 de setembro de 2004, a Medida Provisória (MP) nº 213 que instituiu o Programa Universidade para Todos. Logo, em seguida, o Decreto nº 5.245, de 18 de outubro de 2004, que estabeleceu os procedimentos para a adesão das Instituições Privadas de Educação Superior ao PROUNI.

Em 13 de janeiro de 2005, o Programa foi transformado em lei - Lei nº 11.096/05, abrange todas instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), sendo concedida, àquelas que aderirem, isenção de imposto de renda, contribuição social para financiamento da Seguridade Social, e contribuição para o Programa de Integração Social.

O PROUNI contribui para cumprir o compromisso do governo federal de democratizar o acesso à educação superior, representando uma política pública de ampliação de vagas, estímulo ao processo de inclusão social e geração de trabalho e renda para os jovens brasileiros, baseado em critérios de mérito e transparência.

De 2005 a 2008, o PROUNI já ofertou 639.802 bolsas de estudos, sendo que destas mais de 57% foram integrais. A tabela 10 e o gráfico 9 demonstram o número de bolsas ofertadas pelo PROUNI durante o período de 2005 a 2008. É possível verificar o aumento superior a 37% no quantitativo de bolsas integrais e de mais de 300% no número de bolsas parciais, no mesmo período.

Tabela 10: Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2005 a 2008).

Ano	Bolsas		
	Integral	Parcial	Total
2005	71.905	40.370	112.275
2006	98.698	39.970	138.668
2007	97.631	66.223	163.854
2008	99.495	125.510	225.005
Total	367.729	272.073	639.802

Fonte: PROUNI Portal - quadros informativos: 2005 a 2008.

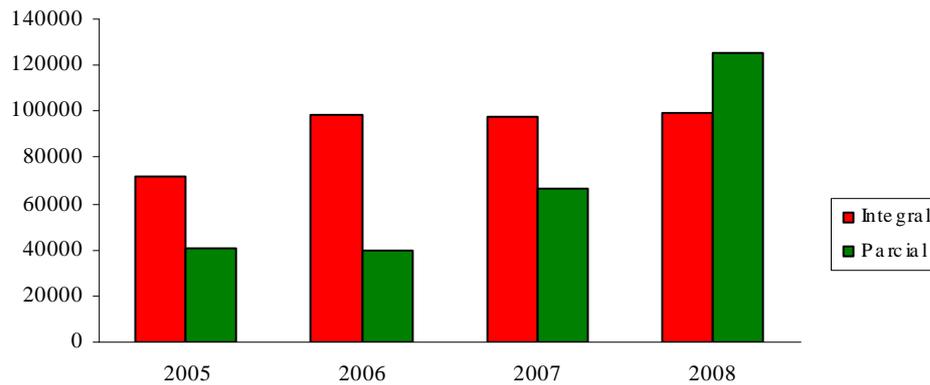


Gráfico 9: Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2005 a 2008)

Fonte: PROUNI Portal - quadros informativos: 2005 a 2008. Elaborado pela autora, 2014.

Desta forma, o programa universidade para todos em quatro anos de criação possibilitou o acesso ao ensino superior para mais de seiscentos mil jovens brasileiros que por motivos desconhecidos optaram pelas instituições privadas.

A tabela 11 e o gráfico 10 apontam que de 2009 a 2012 mais de um milhão de bolsas de estudos foram disponibilizadas nas instituições privadas, ou seja, neste período ingressaram em instituições de ensino superior mais de um milhão de jovens através do PROUNI.

É possível notar, assim, a evolução no quantitativo das bolsas ofertadas, especialmente das bolsas integrais.

Tabela 11: Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2009 a 2012).

Ano	Bolsas		
	Integral	Parcial	Total
2009	153.126	94.517	247.643
2010	125.090	115.351	240.441
2011	129.672	124.926	254.598
2012	150.870	133.752	284.622
Total	558.758	468.546	1.027.304

Fonte: PROUNI Portal - quadros informativos: 2009 a 2012.

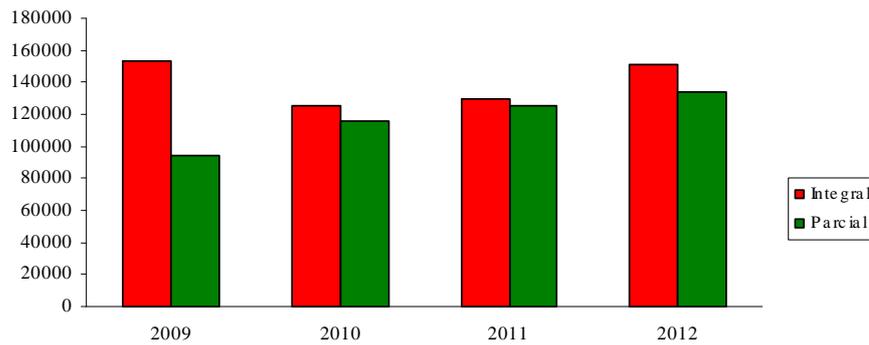


Gráfico 10: Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2009 a 2012)

Fonte: PROUNI Portal - Quadros informativos: 2009 a 2012. Elaborado pela autora, 2015.

A tabela 12 e o gráfico 11 apresentam o quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI no período de 2013, até o primeiro semestre de 2015. No ano de 2014, foi registrado o maior quantitativo de oferta de bolsas do programa PROUNI, totalizando mais de trezentas mil bolsas.

Foram disponibilizadas, neste mesmo ano, 205.237 bolsas integrais. Durante o primeiro semestre de 2015, ocorreram 213.113 matrículas no ensino superior através de bolsas do PROUNI.

Tabela 12: Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2013 a 2015*).

Ano	Bolsas		
	Integral	Parcial	Total
2013	164.379	87.995	252.374
2014	205.237	101.489	306.726
2015	135.616	77.497	213.113
Total	505.232	266.981	772.213

Fonte: PROUNI Portal - quadros informativos: 2013 a 2015.

*Apenas o primeiro semestre

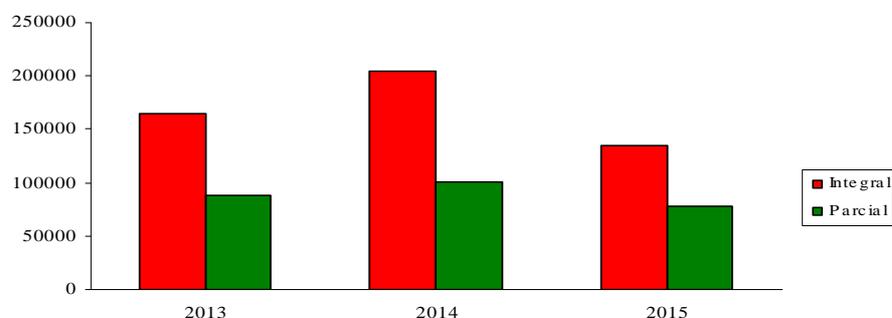


Gráfico 11: Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2013 a 2015*)

Fonte: PROUNI Portal - quadros informativos: 2013 a 2015. Elaborado pela autora, 2015. * Apenas o primeiro semestre.

O gráfico 12 consolida o quantitativo de bolsas disponibilizadas pelo Programa Universidade para Todos de 2005 ao primeiro semestre de 2015. No período de 2005 a 2007, o PROUNI apresentou um quantitativo de bolsas que se manteve com comportamento linear a partir da oferta entre 50 a 100 mil bolsas. A partir de 2008, o programa passou por um crescimento exponencial no quantitativo de bolsas ofertadas, o que gerou, conseqüentemente, um aumento exponencial em relação ao número de estudantes que ingressaram no ensino superior.

O período de 2009 a 2012 registrou os maiores quantitativos de bolsas disponibilizadas pelo PROUNI. Além disso, ao longo de dez anos, o número de bolsas integrais foi superior ao número de bolsas parciais, o que representa menor endividamento dos estudantes que optaram em participar do PROUNI. (Gráfico 12).

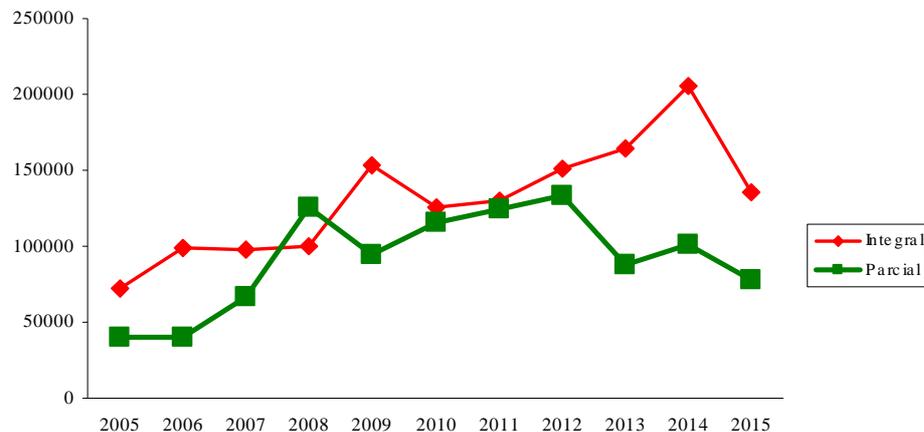


Gráfico 12: Quantitativo de bolsas ofertadas pelo PROUNI (2005 a 2015*)

Fonte: PROUNI Portal - quadros informativos: 2015 a 2015. Elaborado pela autora, 2015

Verifica-se, assim, que o programa tem alcançado resultados positivos quanto à possibilitar o acesso ao ensino superior no Brasil.

1.4.3. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior: FIES

Outro programa do Ministério da Educação, que tem por finalidade financiar a graduação no ensino superior para estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação e que estejam matriculados em instituições não gratuitas na forma da Lei nº 10.260/2001, é o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Destaca-se, ainda que as instituições cadastradas no programa necessitam ter obtido resultado positivo nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Todas as operações do processo seletivo para a contemplação no FIES, iniciando-se pela adesão das instituições de ensino, passando pela inscrição dos estudantes e divulgação dos resultados e entrevistas, são realizados pela internet, isso possibilita comodidade e facilidade para os participantes, além da garantia de confiabilidade em todo o processo.

Além disso, os critérios de seleção são impessoais e objetivos, o que permite transparência ao programa, principalmente por destinar e distribuir recursos públicos.

Para viabilizar o FIES é feita a descentralização orçamentária de recursos contemplados no Orçamento Geral da União pelo MEC, e a execução orçamentária e financeira é feita pelo agente operador do FIES, a Caixa Econômica Federal (CAIXA). Os recursos são originados de retorno de financiamento e de recursos de loterias não utilizados pelo antigo Programa de Crédito Educativo - PCE.

Em 2005, o Ministério da Educação ofertou 100 mil vagas, apenas no primeiro semestre, para as quais foram inscritos 190 mil candidatos, desses 135 mil foram confirmados e 103 mil classificados.

Porém, foram assinados 77.202 (setenta e sete mil duzentos e dois) contratos, que corresponderam ao valor de R\$ 129.445.996,33 (cento e vinte e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos). Foi feito o repasse às mantenedoras o valor de R\$ 604.227.043,96 (seiscentos e quatro milhões, duzentos e vinte e sete mil, quarenta e três reais e noventa e seis centavos). O ano foi concluído com 396.108 (trezentos e noventa e seis mil cento e oito) estudantes beneficiados pelo financiamento, 372.038 (trezentos e setenta e dois mil trinta e oito) contratos ativos que apresentaram o saldo devedor de R\$ 3.618.295.025,23 (três bilhões, seiscentos e dezoito milhões, duzentos e noventa e cinco mil, vinte e cinco reais e vinte e três centavos).

No exercício seguinte, 2006, também foram ofertadas 100 mil vagas para o segundo semestre, para o atendimento de bolsistas parciais do PROUNI e também para os estudantes que concorreriam ao crédito educativo. Confirmaram a participação na seleção 107 mil candidatos, sendo que 56.064 assinaram os contratos, que atingiram o montante de R\$ 104.851.606,26 (cento e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e seis reais e vinte e seis centavos).

Ao final de 2006, totalizaram 377.662 (trezentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta e dois) contratos ativos, o que correspondeu ao saldo devedor de 4.165.565.495,21 (quatro bilhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e um

centavos). Foram transferidos para as IES recursos financeiros no valor de R\$ 918.467.032,08 (novecentos e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, trinta e dois reais e oito centavos).

Houve um crescimento de 1% no quantitativo dos contratos ativos, de 15% do saldo devedor dos financiamentos, porém ocorreu uma queda de 20% no número de participantes da seleção, quando comparados os anos de 2005 e 2006. A justificativa para a baixa evolução no número dos contratos, conforme relatório de gestão do FIES (período de 02/01 a 29/12/2006) foi o atraso na realização do processo seletivo para o segundo semestre.

Em 2007, mantiveram as 100 mil vagas ofertadas, porém efetivaram a inscrição no processo seletivo 91.859 (noventa e um mil oitocentos e cinquenta e nove) estudantes, o que representou uma queda de 15% em relação ao ano de 2006. O MEC considera as quedas sucessivas como reflexo da implantação do PROUNI, por ser mais atrativo para os estudantes. Foram firmados 47,9 mil contratos.

Não foi possível identificar no relatório de gestão do FIES (2007) o valor do saldo devedor dos contratos. Foi feita a transferência no total de R\$ 883.564.644,67 (oitocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) para as instituições mantenedoras.

O ano de 2008 seguiu a mesma tendência dos anos anteriores, ou seja, queda na quantidade de inscritos, na quantidade dos contratos formalizados e aumento no repasse financeiro para o FIES. Inscreveram-se no processo seletivo 61.433 estudantes, o que representou, em relação a 2007, um decréscimo aproximado de 33%. Foram realizados 29,1 mil contratos. Ocorreu o repasse ao FIES o valor de R\$ 1.135.475.608,15 (um bilhão, cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oito reais e quinze centavos).

Em 2009, o FIES foi gerido por três agentes: agente operador, agente financeiro e agente formulador da política de financiamento e supervisor. A Caixa Econômica Federal exerceu os dois primeiros papéis até janeiro de 2010. Neste ano, 40.413 estudantes realizaram a inscrição no processo seletivo, porém, apenas 32.781 contratos foram firmados. Em relação ao ano anterior, houve um aumento aproximado de 6.5% no total do repasse ao programa.

A tabela 13 e os gráficos 13 e 14, apresentam a consolidação dos dados do FIES durante o período de 2005 a 2009. Os dados demonstram a diminuição do quantitativo de inscritos na seleção do fundo, e no quantitativo de contratos firmados, o que talvez tenha relação com o

aumento de bolsas ofertadas pelo PROUNI no mesmo período. Como o PROUNI possibilita o ingresso no ensino superior com menor comprometimento financeiro, torna-se uma opção mais atrativa para a população egressa do ensino médio.

Tabela 13: Dados do FIES (2005 a 2009).

FIES			
Ano	Quantitativo de inscritos	Quantitativo de contratos	Valor do repasse
2005	190.000	77.202	604.227.044
2006	107.000	56.064	918.467.032
2007	91.859	47.900	883.564.645
2008	61.433	29.100	1.135.475.608
2009	49.413	32.781	1.209.404.106
Total	499.705	243.047	4.751.138.435

Fonte: FIES. Relatórios de Gestão 2005 a 2009.

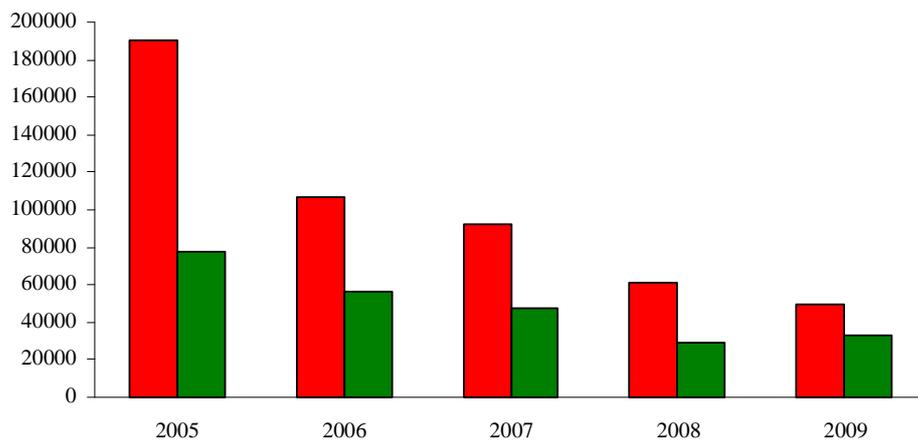


Gráfico 13: Quantitativo de inscritos X Quantitativo de contratos (2005 a 2009).

Fonte: FIES. Relatórios de Gestão 2005 a 2009. Elaborado pela autora, 2015.

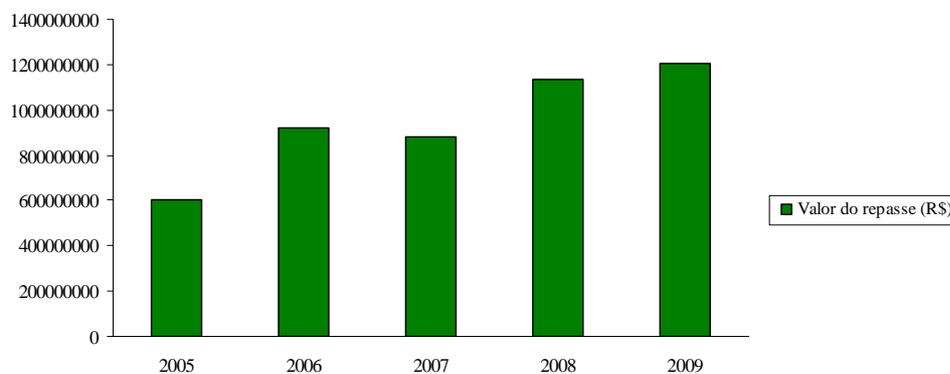


Gráfico 14: Valor do repasse (R\$) para o FIES no período de 2005 a 2009

Fonte: FIES. Relatórios de Gestão 2005 a 2009. Elaborado pela autora, 2015.

Com o intuito de aprimorar o programa FIES para alcançar a meta da expansão com qualidade do acesso e permanência no ensino superior, no ano de 2010 foram feitas alterações normativas e operacionais.

Foi publicada a Lei nº 12.202 em 15 de janeiro de 2010, a partir disso foi estabelecido um prazo para que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) assumisse o papel de agente operador do Fundo, cabendo à CAIXA, durante a transição, continuar as operações do FIES. Desta forma, em 2010, o FNDE e a CAIXA atuaram como agentes operadores do Fundo. Neste mesmo ano, o Banco do Brasil (BB) passou a atuar, conjuntamente com a CAIXA, como agente financeiro do FIES.

As alterações no FIES permitiram um novo formato: a taxa de juros foi alterada para 3,4% a.a, o período de carência passou para 18 meses, e o de amortização para três vezes o período de duração regular do curso adicionados mais doze meses, o FNDE passou a ser o Agente Operador do FIES para os contratos formalizados a partir de 2010, possibilidade de abatimento de 1% da dívida do financiamento a cada mês trabalhado para os estudantes que se formarem em cursos de licenciatura ou medicina e optarem por atuar como professores da rede pública de educação básica (com jornada mínima de 20 horas semanais) ou como médicos do Programa Saúde da Família em especialidades e regiões definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde. O percentual de financiamento subiu para 100%, e a partir de 2010, as inscrições no fundo passaram a ocorrer em fluxo contínuo, possibilitando ao estudante solicitar o financiamento durante todo o ano.

Com o intuito de incrementar as condições de financiamento para os estudantes, foi criado em 2010 o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), o qual corresponde em alternativa às modalidades de garantia admitidas no âmbito do FIES, sendo a fiança convencional e a fiança solidária.

A opção pelo FGEDUC, pode ser feita pelo estudantes que contratar o FIES que atendam aos seguintes requisitos:

- matriculados em cursos de licenciatura;
- que possuam renda familiar mensal bruta *per capita* de até um salário mínimo e meio; e

- que sejam bolsistas parciais do PROUNI e optem por inscrição no FIES no mesmo curso em que sejam beneficiários da bolsa.

Foram disponibilizadas 200 mil vagas no FIES, em 2010, com a perspectiva de maior adesão dos estudantes ao Fundo, devido às reformulações normativas e operacionais realizadas. O processo de seleção contou com 118.294 inscrições e ao final das etapas seletivas, 71.611 contratos assinados. O repasse financeiro ao FIES foi no montante de R\$ 1.188.987.491. Desta forma, quando comparados aos dados do ano de 2010 aos de 2009, alcançaram-se os seguintes resultados:

- incremento de 239% no quantitativo de inscritos;
- acréscimo de 118% no quantitativo de novos contratos firmados;
- redução aproximada de 1,7% no valor do repasse financeiro feito ao FIES.

É possível considerar como positivas as mudanças realizadas no FIES em 2010, uma vez que mais de setenta mil jovens ingressaram no ensino superior em instituições não gratuitas através do fundo.

O ano de 2011, iniciou com a expectativa de atingir níveis de contratação mais elevados que o ano anterior, tendo em vista o processo de consolidação das alterações feitas no fundo. E de fato, os quantitativos alcançados em 2011 foram os maiores desde a criação do FIES em 1999: mais de duzentas mil inscrições na seleção (236.255 estudantes inscritos) e 149.389 contratos firmados, ou seja, em relação a 2009, houve um aumento de 478% no quantitativo de inscritos no fundo e uma evolução de 357% no quantitativo dos contratos celebrados.

Após as reformulações ocorridas a partir de 2010, o FIES passou a apresentar crescimento exponencial no que se refere à quantidade de estudantes beneficiados com o financiamento da graduação.

Em 2012, o financiamento estudantil registrou 560.238 inscrições na seleção, destes 371.293 novos contratos foram formalizados, o que representou um acréscimo de 138% em relação ao ano de 2011, e mais e 5 bilhões repassados do MEC.

A necessidade de adequação do FIES continuou ao longo dos anos, com o objetivo de democratizar o acesso ao Ensino Superior, além de criar mecanismos para permanência.

A questão da permanência estudantil passou a ser entendida como um problema de cunho emergencial que foi incorporado na agenda governamental das políticas públicas do país. Isto porque, verificou-se que além do acesso ser o principal problema que limitava a inclusão na educação superior, ao longo das discussões sobre democratização, constatou-se que não era suficiente garantir o ingresso de estudantes em um curso superior, mas também era necessário oferecer condições de permanência.

A promulgação da Lei nº 12.801, em 24 de abril de 2013, dispensou o estudante de comprovar a idoneidade cadastral na assinatura do contrato e de termos aditivos do FIES, o que promoveu a desburocratização do fundo e permitiu que um número maior de estudantes cumprissem os requisitos para aprovação no processo seletivo para adesão ao financiamento.

A partir de 01/07/2013, o FNDE assumiu o papel de agente operador dos contratos firmados no âmbito do FIES até 14/01/2010. No dia 20 de novembro de 2013 foi editada a Portaria Normativa MEC nº 23, que concedeu ao bolsista parcial do PROUNI a possibilidade de alterar o percentual de encargos educacionais financiados, ou seja, permissão para cobertura de até 100% dos encargos educacionais não cobertos pela bolsa.

Em dezembro de 2013, o FIES conseguiu celebrar 557.192 contratos, o que corresponde ao aumento de 50% em relação a 2012.

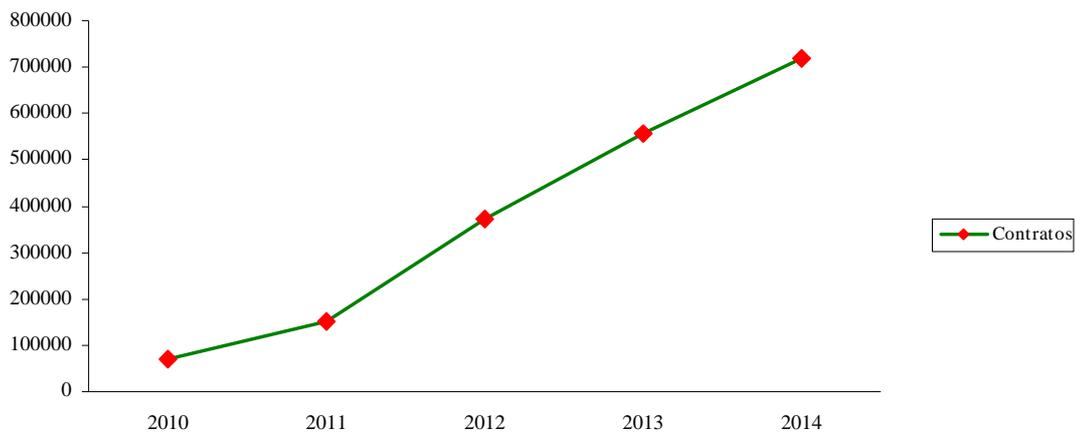
A evolução nos números do FIES permaneceram até 2014, conforme relatório de gestão/2014, apresentado em abril de 2015: até agosto de 2014, 1,9 milhão de estudantes beneficiados com o financiamento da graduação, o que totalizou o valor de 13 bilhões desde a implantação do FIES, só em 2014 foram assinados 720 mil contratos.

A evolução no quantitativo de contratos celebrados pelo FIES no período de 2010 a 2014 é mostrada na tabela 14 e no gráfico 15. É possível identificar o crescimento no quantitativo de inscritos e no quantitativo dos contratos celebrados. Isto, devido, principalmente, às reformulações do fundo, especialmente, no ano de 2013, quando foi retirada a obrigatoriedade do estudante comprovar a idoneidade cadastral no ato de assinatura do contrato de financiamento. Além disso, a criação do FGEDUC também permitiu que mais estudantes demonstrassem interesse pelo FIES.

Tabela 14: Quantitativo de Contratos celebrados pelo FIES (2010 a 2014).

Ano	Contratos
2010	71.611
2011	149.389
2012	371.293
2013	557.192
2014	720.000
Total	1.869.485

Fonte: FIES. Relatórios de Gestão 2010 a 2014.

**Gráfico 15: Quantitativo de Contratos celebrados pelo FIES (2010 a 2014).**

Fonte: FIES. Relatórios de Gestão 2010 a 2014. Elaborado pela autora, 2015.

O cenário de contingenciamento de recursos em 2015, no âmbito do Governo Federal, também atingiu o FIES, a taxa de juros foi alterada para 6,5% a.a com a justificativa da necessidade de manutenção do programa que reflete uma política pública de inclusão social e de democratização do ensino superior. O FIES é um mecanismo importante para a democratização do acesso à educação, pois é um meio que beneficia tanto os estudantes, uma vez que permite a permanência no ensino superior, quanto às instituições de ensino, devido à redução da evasão escolar e da inadimplência.

Apesar de políticas compensatórias o PROUNI e o FIES, que resultam da transferência de recursos públicos para o setor privado e de não alterarem a estrutura seletiva do sistema superior de educação existente, elas têm permitido o acesso de milhares de jovens brasileiros na educação superior em instituições não gratuitas. Em contrapartida, há de se destacar a implementação de políticas públicas para a expansão e interiorização do ensino superior público.

2- A Política Pública para a Expansão e Interiorização do Ensino Superior

2.1. Contextualização

A necessidade de mudança das condições do ensino superior no Brasil, durante os anos de 2001 a 2015, foi oficialmente iniciada na primeira gestão do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, a partir do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, instituído com o Decreto 20 de outubro de 2003. O GTI teve a incumbência de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Após o relatório apresentado pelo GTI surgiram políticas como o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, através do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com a pretensão de consolidar uma política nacional de expansão e interiorização da educação superior pública.

O conceito de política é derivado do adjetivo originado de *polis* (*politikós*), que significa tudo que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público. Ou, dito de outro modo, o conceito de política é habitualmente empregado para indicar atividade ou conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a *polis*, isto é o Estado (DIAS; MATOS, 2012, p. 2).

BOBBIO (1995) já definia as políticas públicas como um conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, atuando e influenciando sobre as realidades econômica, social e ambiental.

Corroborando com estes entendimentos acerca do conceito de política pública, Peters (1986) afirma que política pública corresponde à soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

As diversas definições de políticas públicas estão direcionadas no sentido do conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas da sociedade atendendo ao interesse público.

Celina Souza (2003) resume política pública como sendo o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou

entender por que e como ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Sendo assim, entende-se o direcionamento dado ao relatório do GTI para proposição de políticas públicas capazes de transformar o ensino superior federal brasileiro.

2.2 Planos de Educação

Considerado como instrumento das políticas educacionais, surgiram os planos da educação, que se referem a documentos com metas para garantir a educação de qualidade aos cidadãos. Os planos garantem a continuidade das políticas, pois orientam a gestão educacional e referenciam o controle social e a participação cidadã.

O termo "plano", na educação brasileira tem origem no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. O "Manifesto" diagnosticou a situação educacional do país como sendo marcada pela falta de "unidade de plano" e ausência de "espírito de continuidade". Para fazer face a essas limitações, propôs um "Plano de reconstrução educacional". (Manifesto, 1984, p. 407).

A partir da mobilização popular no Brasil, em 1988, a Constituição Federal incorporou a obrigação de se estabelecer um plano nacional de educação, de duração plurianual. A LDB determinou o prazo de um ano para a União encaminhar ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação. Porém, apenas 13 anos depois da promulgação da CF e quatro anos após a LDB, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 2001 a 2010.

O PNE se aplica a todos os níveis de ensino, da Educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) à Educação superior. Além de abranger as seguintes modalidades: educação de jovens e adultos, educação à distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional, educação especial e educação indígena.

As metas definidas no PNE foram orientadas para permitir o acesso e a permanência dos estudantes nos estabelecimentos escolares. Existem metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. Foram

estabelecidas outras metas que dizem respeito à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, enquanto formas para a equidade.

A valorização dos profissionais da educação, uma das estratégias para cumprimento das metas anteriores, também integra um bloco de metas no PNE.

A educação superior, integra o quarto grupo de metas. É no ensino superior que tanto os professores da educação básica quanto os demais profissionais são formados, contribuindo, assim, para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local. As metas definidas para o ensino superior foram as seguintes:

- Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público;
- Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores;
- Meta 13: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e de 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Em abril de 2007, foi aprovado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de impulsionar a educação do país em todas as suas etapas, composto de trinta ações de natureza, características e alcance distintos entre si, para um prazo de quinze anos.

O PDE constituindo-se na reunião de dezenas de programas que abrangem desde a educação básica - compreendendo suas etapas e modalidades - até a educação superior, procura por meio das parcerias com os municípios, instaurar um regime de colaboração que propicie o desenvolvimento prioritário da educação básica.

A composição do Plano de Desenvolvimento da Educação tem como base o Plano Nacional de Educação, uma vez que as trinta ações constantes no PDE possuem incidência nos aspectos previstos no PNE: dezessete ações voltadas à educação básica; cinco direcionadas à educação

superior, sete se referem às modalidades de ensino; e uma ação (estágio) ligada simultaneamente ao ensino médio, educação tecnológica e profissional, e educação superior.

Segundo o MEC (2013):

[...] para a educação superior foram eleitas as expressões expansão e democratização, no PDE, como norteadores, considerando os seguintes princípios: expansão da oferta de vagas; garantia da qualidade, uma vez que não seria suficiente apenas ampliar o número de vagas; promoção de inclusão social para educação, visando diminuir a exclusão por filtro de natureza econômica de jovens talentos; ordenação territorial, permitindo que o ensino de qualidade fosse acessível a regiões mais remotas do País; e desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados ou como ferramenta imprescindível para produção científico-tecnológica, elemento chave da integração e da formação da Nação. (BRASIL, 2013, s/p).

Para o alcance das metas do PDE até 2022, em relação à educação superior, foram considerados determinantes alguns instrumentos, dentre eles: a reestruturação e expansão das universidades através do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), além da democratização do acesso com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

2.3. Políticas Públicas voltadas para Educação Superior

Desde a primeira gestão (2003 a 2006), o presidente Luís Inácio Lula da Silva já utilizava um discurso com foco na educação. Aliado a isto, o Ministério da Educação definiu a inclusão social como um dos quatro eixos estratégicos da política educacional. Foram definidos *slogans* como: "Educação para Todos", "Brasil, um país de todos" e "Todos juntos para democratizar a educação". Esta orientação, da educação como espaço privilegiado para inclusão social, possibilitou a reestruturação interna do MEC, que criou duas secretarias para tratar as desigualdades sociais de forma específica: Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) e a Secretaria de Inclusão Educacional (Secie).

Entendendo a importância das políticas públicas para a educação, notadamente aquelas da educação superior, é que ressaltam Silva Jr. & Sguissardi, (2005) que as políticas públicas para a educação superior têm que ser sempre, políticas públicas de Estado, e não de governo.

Talvez seguindo esta máxima, é que a educação superior continuou como prioritária na agenda, também da segunda gestão do governo do presidente Lula (2007-2010). Neste período, foram divulgadas ações com o objetivo de melhorar a educação.

A maioria dos programas sociais criados pelo governo Lula no primeiro mandato podem ser considerados como assistenciais ou compensatórios, uma vez que o público-alvo foram os mais pobres, os miseráveis, aqueles que se encontravam abaixo da linha de pobreza.

Sendo assim, a educação assume papel importante na sociedade por se apresentar como alternativa para melhorar as condições de vida dos beneficiados pelos programas assistenciais.

Apesar das críticas sofridas com a publicação do decreto de 20 de outubro de 2003, principalmente dos sindicatos docentes que traduziram o texto legal como mais uma tentativa do governo federal desobrigar o Estado das responsabilidades que possuía, é a partir deste decreto que se observaram as ações de fomento do ensino superior.

Santos e Cerqueira (2009) ressaltam que:

"Durante a existência do GTI, os debates foram intensos e, em dezembro de 2003, o grupo divulgou o relatório no qual foi apresentado um diagnóstico do ensino superior dando conta de que "a última década foi de desarticulação do setor público brasileiro; as universidades federais não foram poupadas" (Grupo de Trabalho Interministerial, 2003). Sofreram consequências da crise fiscal do estado que afetaram seus recursos humanos, sua manutenção e investimento. A prioridade ao setor privado chegou ao setor do ensino superior ocasião em que as universidades privadas experimentaram uma expansão recorde, porém, se encontravam ameaçadas pelo risco de uma grande inadimplência e crescente desconfiança quanto a seus diplomas."

O diagnóstico feito pelo GTI acerca da situação da educação superior, com ênfase nas universidades federais, permitiu ao governo ter conhecimento do sucateamento vivenciado pelas IFES no país. O relatório apresentado teve como princípios:

- a ampliação do quadro docente e de vagas para estudantes: o aumento do quadro docente está associado ao aumento de vagas para estudantes de graduação nas universidades federais, isto porque, segundo o relatório do GTI, seria preciso chegar, em 2007, à oferta de 2,4 milhões de vagas no sistema federal;
- educação à distância: o entendimento presente no documento é que a universidade pública brasileira, nos limites da educação presencial, mesmo com a ampliação de recursos, não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça em curto e

médio prazos. Em virtude disso, apresenta a educação à distância como uma alternativa;

- autonomia universitária: no relatório do grupo interministerial, há uma relação entre a crise presente nas universidades públicas e às "amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento" (Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, 2003, página 9) e;
- financiamento: o GTI reconhece que as universidades federais por muito tempo deixaram de contar com um programa específico para recuperação predial e aquisição de equipamentos para seus laboratórios e bibliografia para o ensino de graduação.

A partir dos trabalhos realizados pelo GTI, o Ministério da Educação divulgou três documentos com o objetivo de apresentar a proposta de reforma da educação superior. Celina Otranto, 2006, afirma que os documentos descritos abaixo foram divulgados para discussão da sociedade brasileira, sendo eles:

- o primeiro datado de 2 de agosto de 2004, tem o título "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes", onde são reafirmadas as diretrizes contidas no relatório do GTI;
- o segundo documento datado de 6 de dezembro de 2004, foi apresentado como primeira versão do Anteprojeto de Lei do MEC para a reforma da educação superior; e
- o terceiro documento divulgado em maio de 2005, como segunda versão do Anteprojeto de Lei da Educação Superior.

De fato, muitas discussões foram feitas, principalmente, no âmbito das universidades acerca da interferência dos organismos internacionais nos trabalhos feitos pelo GTI, porém há de se reconhecer que o diagnóstico apresentado descreveu a real situação das universidades federais e que além disso, a estagnação do ensino superior público no país foi modificada e a democratização do acesso ao ensino superior permitiu que jovens excluídos do sistema de ensino superior ingressassem nas instituições de ensino superior em todo país.

As críticas referentes à dualidade público *versus* privado tornaram-se mais evidentes devido aos investimentos do governo federal no PROUNI e no FIES e, a conseqüente proliferação das instituições de ensino privadas. Os esforços do governo para promoção da expansão das universidades públicas federais se concentraram no Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Associada à expansão, verificou-se a necessidade de estruturar ações que viabilizassem a conclusão do ciclo formativo dos ingressantes no sistema de educação superior público, ou seja, além de promover maior oferta de vagas na graduação das IFES, foi preciso desenvolver estratégias para garantir a conclusão da formação dos estudantes, que neste momento, possuem perfil diferenciado dentro das instituições, são pessoas oriundas das camadas pobres da população. Desta forma, surge o Plano de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de apresentar ações a serem desenvolvidas nas IFES capazes de possibilitar a permanência estudantil para este novo público.

No ano de 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. O objetivo do fundo era promover o debate sobre a assistência estudantil.

Os membros do FONAPRACE, como dirigentes de universidades públicas constatavam as dificuldades que as IES encontravam para manter os alunos nas instituições, por esta razão sempre salientaram a importância da assistência estudantil. O argumento ainda era corroborado pelo pressuposto de que para a universidade pública passar por um processo de democratização do ensino, seria necessário acima de tudo incorporar, estudantes de baixa renda. Entretanto, segundo eles, não bastava apenas a garantia das condições de acesso, mas era necessário sobretudo a criação de possibilidades concretas de permanência desses estudantes na universidade.

3- O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

A expansão, além de ampliar a oferta de vagas, consolida a implementação das políticas públicas voltadas para as populações historicamente excluídas do sistema de ensino superior. Sendo assim, a política de expansão e interiorização do sistema educacional superior público brasileiro é entendida como importante política inclusiva, uma vez que gera possibilidades de acesso à educação superior para uma maior parte da população, em todas as regiões do país e reconhece, ainda, o papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social.

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, foi instituído em abril de 2007, através do Decreto Presidencial nº 6.096/07. Este programa passou a ser a grande política do Governo Federal para o ensino superior público no país, considerado de ampla dimensão, e ao mesmo tempo acadêmico, político e estratégico. Com um conjunto de normas estabelecidas e metas pactuadas, foi possível perceber os impactos sobre a dinâmica das Instituições, a forma de trabalho, missão institucional, diretrizes pedagógicas e na estrutura organizacional.

O REUNI, objeto do Decreto nº 6.096/07, tem como propósito dotar as universidades federais das condições necessárias para que possam expandir as vagas no ensino superior e reduzir a evasão dos alunos, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes. Igualmente, ressalta a importância de propiciar a mobilização estudantil e a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.

O REUNI é caracterizado por Almeida Filho e Santos (2008):

O REUNI compreende diretrizes de expansão de matrículas, em especial no turno noturno; diversificação da graduação, mobilidade estudantil ampla; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; programas de inclusão social e assistência estudantil. As universidades participantes apresentaram propostas comprometendo-se com metas de eficiência: alcançar, ao final do programa, taxa de conclusão de 90% e relação aluno/professor de 18/1. Convém registrar que o indicador da taxa de conclusão aparentemente inalcançável como média geral, na verdade incentiva o aproveitamento de vagas residuais por mobilidade interna ou externa. Por outro lado, a relação aluno/professor pode incorporar estudantes de pós-graduação, obedecendo aos critérios de qualidade da CAPES. (ALMEIDA FILHO; SANTOS BOAVENTURA, 2008, p. 189).

A meta global do REUNI e a competência do MEC, no que se refere à elaboração dos indicadores de desempenho, estão definidas no art. 1º do Decreto nº 6.096/07:

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º (BRASIL, 2007).

Os seguintes indicadores de desempenho foram escolhidos pelo REUNI: a) taxa de conclusão dos cursos de graduação, definida como a relação do total anual de diplomados nos cursos de graduação presencial (DIP) e total anual de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING) cinco anos antes; b) relação de alunos por professor, calculada com base na matrícula projetada em cursos de graduação presenciais, tomando por base as vagas nos processos seletivos para ingresso nas universidades.

Para garantir a execução das metas quantitativas, o Decreto nº 6.096/07, destaca alguns aspectos que devem ser priorizados:

A existência de flexibilidade curricular nos cursos de graduação que permita a construção de itinerários formativos diversificados e que facilite a mobilidade estudantil;

A oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; e

A disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos. (BRASIL, 2007, p.10).

O REUNI ressalta que os planos de reestruturação devem ser compostos de seis dimensões: ampliação da oferta de educação superior pública, reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica da educação superior, mobilidade intra e interinstitucional, compromisso social da instituição, suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. Ao serem implantadas as citadas dimensões, estas devem possibilitar:

[...] uma concepção mais flexível de formação acadêmica na graduação de forma a evitar a especialização precoce e possibilitar que o seu desenvolvimento atenda às diversidades regionais, às particularidades locais, bem como às múltiplas áreas de conhecimento que integram os diferentes cursos, resguardando o caráter de universidade que caracteriza o saber acadêmico. (BRASIL, 2007, p. 11).

A ampliação da oferta da educação superior destaca o aumento de vagas de ingresso, em especial no turno noturno, redução das taxas de evasão e ocupação das vagas ociosas. A reestruturação acadêmico-curricular é embasada na revisão da estrutura acadêmica, buscando a constante elevação da qualidade, reorganização dos cursos de graduação, diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce especializada, implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos.

Para a renovação pedagógica foram indicadas a articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem e previsão de programas de capacitação pedagógica, no caso de implementação de um novo modelo. Em relação à mobilidade intra e interinstitucional, a proposta foi a promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

Quanto ao compromisso social da instituição esperado pelo REUNI ressalta as políticas de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária. E, finalmente, na dimensão suporte da pós-graduação para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da graduação, o destaque é a articulação da graduação com a pós-graduação, expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

A organização dos planos para cada um dos aspectos das dimensões abordou os seguintes pontos: diagnóstico da situação atual, metas a serem alcançadas com cronograma de execução, estratégias para alcançar as metas, etapas e indicadores.

Para realizar a adesão as universidades elaboraram seus planos de reestruturação considerando suas vocações e respeitando o princípio da autonomia universitária, indicando as estratégias e as etapas para realização do plano. Os planos de reestruturação deveriam ser aprovados pelos órgãos superiores das instituições proponentes e conter uma estimativa dos recursos adicionais necessárias ao cumprimento das metas fixadas por cada universidade.

O MEC, ao permitir que as decisões de vincular-se ao Programa sejam tomadas no âmbito da autonomia de cada instituição, cria condições mais efetivas de cobrança dos resultados, pois é a própria instituição que define as metas a serem alcançadas. O ganho maior nessa estratégia é a introdução de uma cultura de resultados, capaz de modificar o padrão de relacionamento entre as instituições e o MEC, com claros reflexos na forma de gerir as instituições.

Este objetivo, é claramente percebido no documento de orientação para as Universidades, elaborado pelo Grupo Especial, instituído pela Portaria nº 552, de 25 de junho de 2007, que assume, logo no início, a pretensão de centrar-se nos resultados, deixando a critério das IFES a definição da estratégia. Para tanto, os projetos apresentados pelas universidades poderão desenvolver-se no conjunto de suas unidades acadêmicas, em alguma delas e/ou em novas unidades a serem criadas. Dessa forma, "não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, já que ele assume como pressuposto, tanto a necessidade de respeitar a autonomia universitária, quanto a diversidade das instituições". (BRASIL, 2007, s/p).

O Documento de Orientação para as universidades, trata a dimensão da efetividade, uma vez que apresenta o REUNI como um programa capaz de resolver problemas considerados crônicos da educação superior, como por exemplo:

Os atuais cursos de graduação são orientados quase que exclusivamente para a formação profissional e, mesmo aqueles que não têm essa natureza, como os bacharelados em áreas básicas, mantêm currículos concentrados, sem abertura para outras áreas de conhecimento.

A aprovação de propostas curriculares inovadoras enfrenta grandes dificuldades por conta de sua incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares.

A universidade pública brasileira ainda não conseguiu implementar, por falta de decisão política interna, na maioria das IFES, e de recursos financeiros, uma política de ações afirmativas, com efetiva garantia de permanência de estudantes que apresentem condições sociais desfavoráveis.

Os dois princípios norteadores básicos dos currículos contemporâneos, flexibilidade e interdisciplinaridade, são praticados por um número muito reduzido de cursos de graduação e os que os aplicam optam por um dos princípios, ao invés de conciliá-los.

As práticas pedagógicas, adotadas nos cursos de graduação, são tradicionais, com predominância de aulas expositivas e uso incipiente de recursos tecnológicos e outras formas inovadoras de ensino.

As turmas apresentam, em geral, reduzido número de estudantes em componentes curriculares cuja natureza não requer essa baixa relação professor/aluno, predominando o padrão da formação em pequenos grupos.

Os espaços físicos das unidades universitárias registram, não raramente, considerável ociosidade no período noturno.

Os índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação atingem, em alguns casos, níveis alarmantes. (BRASIL, 2007, p.8)

Após a aprovação do plano, a proposta deu origem a um termo de pactuação de metas e fixação de recursos humanos e financeiros adicionais destinados à universidade. O acompanhamento das etapas do projeto, do qual depende a liberação das parcelas dos recursos foi de responsabilidade da Secretaria de Ensino Superior (SESU).

Apesar da ideologia de expansão, reforma e investimento propostas no programa REUNI, há de se ressaltar que a adesão das Universidades ao referido programa não representa aceitação plena das proposituras.

As críticas ao programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das universidades federais do Brasil feitas, principalmente, pelos movimentos estudantis e sindicatos das carreiras docente e técnica-administrativa, circunscreveram-se no entendimento que o REUNI representava uma política neoliberal reescrita, e sem condições de sustentação no contexto de crises e contenção de recursos. A reação contrária à implantação do REUNI nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES contou com tumulto, invasões e ocupações de estudantes nas reitorias de várias universidades do país. (Almeida Filho; Santos, 2008).

As políticas públicas voltadas para a educação proporcionaram a expansão da educação superior pública, promovendo a ampliação das redes das Universidades Federais e dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica² e, priorizaram a interiorização do ensino superior no país, uma vez que considerando o exemplo das universidades criadas na Bahia, todas possuem as sedes e *campi* no interior do Estado.

Os aspectos presentes no REUNI afetaram diretamente a configuração interna das instituições universitárias, pois tanto a incorporação de novos elementos que exigiram uma dinâmica própria e diferenciada da prática corrente da universidade, como por exemplo, a Educação a Distância (EAD) e da normatização do processo de integração da universidade ao desenvolvimento tecnológico do país, quanto o deslocamento das políticas governamentais de instrumentos de coordenação, focados no processo e/ou qualificação para os resultados colocaram a necessidade de redefinição dos processos de tomada de decisão e das estruturas internas, com o intuito de incorporar as novas demandas.

Na proposta do novo Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2021) estão presentes metas a serem alcançadas por todos os níveis da educação nos próximos dez anos. O Plano estabeleceu a meta 12 para a Educação Superior: elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a

² De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no Brasil. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da rede federal profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas. O MEC está investindo mais de R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo país. Com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014 serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas. (MEC, 2014, s/p).

taxa líquida para 33% da população entre 18 e 24 anos, sendo 40% das matrículas em instituições públicas. O que demonstra a preocupação com a Educação Superior advinda desde o PNE anterior. Os programas desenvolvidos pelo MEC, até o momento, que contemplam a educação superior, pretendem, principalmente, criar possibilidades para diminuir as desigualdades sociais regionais e, assim colocar o país em melhores posições nos *rankings* mundiais de indicadores sociais.

A partir de 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado pelo FONAPRACE, passou a adotado, pelo MEC, como uma política que visa a permanência dos estudantes, nas IFES. O PNAES destacou para o fator da permanência, mostrando uma série de dados que salientam a importância em investir em indicadores como: moradia, alimentação, saúde, transporte e creche.

Mesmo que o constante anseio da sociedade em relação ao crescimento nos investimentos para o Ensino Superior público e gratuito, ainda não tenha sido totalmente acolhido, é inegável o novo olhar do Governo Federal no Brasil para o Ensino Superior público e gratuito. Nos últimos dez anos (2005-2015), as inúmeras tentativas de democratização do acesso ao sistema de ensino superior evidenciam a mudança de postura da sociedade e, conseqüentemente, dos governantes no país.

As diretrizes estabelecidas para o REUNI apontaram para a pactuação de resultados, com metas quantitativas e qualitativas, em que predominam o enfoque de eficiência, flexibilidade, mobilidade e novos arranjos organizacionais, evidenciando uma sintonia com propostas de inovações gerenciais de reforma do Estado.

No contexto dos estados contemplados, a Bahia, por exemplo, que passou sessenta anos com apenas uma universidade federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 2004 a 2013 recebeu a autorização para implantar quatro universidades federais: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA). Estas universidades, até 2013, realizaram 11.753 (onze mil setecentos e cinquenta e três) matrículas de graduação.

A relevância da questão regional não está ligada apenas à realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais. A mídia também alimenta uma revalorização do "regional", ainda que seja entendido de maneiras as mais diversas. Para alguns, uma nova valorização do regional aparece no bojo da globalização dos mercados e das comunicações, o regional aí sendo interpretado como uma revalorização do singular, da diferença (...) (HAESBAERT, 1999, P.16).

Essa luta, de caráter regionalista, pela implantação de uma instituição pública de importância social, intelectual e econômica ganhou força no Recôncavo. Esta região da Bahia, após um longo período de importância econômica para o país, se vê desde o início do século XX com uma profunda estagnação econômica, social e cultural.

Desta forma, a criação de políticas públicas pelo governo federal para expansão do ensino superior, buscou possibilitar maior acesso ao ensino superior federal, principalmente, no interior do país. Por isso, as novas Universidades da Bahia possuem sedes e *campi* em cidades do interior: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB com Centros de Ensino nos municípios de Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira, Amargosa e Feira de Santana; Universidade Federal do Sul da Bahia, com sede na cidade de Itabuna e *campi* em Porto Seguro e Teixeira de Freitas; e a Universidade Federal do Oeste da Bahia, com sede na cidade de Barreiras, e *campi* em Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães, Barreira e Santana Maria da Vitória.

Há de se destacar a presença da Universidade do Estado da Bahia, como a única instituição de educação superior, que perdurou por muito tempo, com a responsabilidade de proporcionar esse nível de ensino no interior do Estado. Possui 29 *campi* espalhados em todas as regiões do Estado.

A expansão do ensino superior permitiu a implantação da rede profissional e tecnológica através dos institutos federais de ensino em várias localidades do país. No Estado da Bahia, são dois institutos de educação tecnológica presentes em mais de vinte municípios: o Instituto Federal da Bahia e o Instituto Federal Baiano.

3.2. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

A política de interiorização do ensino superior permitiu que a UFRB fosse criada no formato multicampi, com Centros de Ensino nas cidades de Cruz das Almas, Amargosa, Cachoeira e Santo Antonio de Jesus.

Já que os direitos sociais são advindos de conquistas dos movimentos sociais, justifica-se a criação da UFRB a partir de um processo de luta das comunidades dos diversos municípios da região do Recôncavo em busca da ampliação do acesso ao Ensino Superior gratuito no interior do Estado da Bahia.

Considerando este contexto, a UFRB possui como finalidade, de acordo com seu Estatuto, em seu capítulo III, art. 3º, inciso III:

“contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos de suas necessidades”. (BRASIL, Estatuto da UFRB. [2007?] s/p).

A opção pelas cidades que sediam os Centros de Ensino da UFRB considerou além das articulações políticas e manifestações das comunidades, as características sócio-econômicas locais, além da atuação estratégica no território do Recôncavo Baiano, enquanto agentes de desenvolvimento. Desta forma, Santo Antonio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana e Santo Amaro, até o presente momento, são os municípios que possuem unidades de ensino da segunda universidade federal do Estado da Bahia.

A cidade de Santo Antonio de Jesus está localizada na região do Recôncavo Sul. Segundo dados do IBGE, a população em 2014 era de 100.550 habitantes. O município possui relevância na atuação em todo recôncavo enquanto centro comercial e de serviços, por conta disso é conhecida como a "Capital do Recôncavo".

Atualmente, Santo Antonio de Jesus além de ter um Centro de Ensino da UFRB, o Centro de Ciências da Saúde (CCS), que é composto pelos cursos de graduação: Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Medicina, possui um Departamento da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e um *campus* do Instituto Federal da Bahia - IFBA.

O município de Amargosa, que também sedia um centro de ensino da UFRB, está situado na mesoregião do centro-sul baiano, conhecida como região do vale do jiquiriçá, apresentou uma estimativa populacional de 37.557 habitantes em 2014. Em Amargosa funciona o Centro de

Ensino de Formação de Professores (CFP) da UFRB. O CFP possui os cursos de licenciatura em Química, Letras/Libras, Física, Matemática, Educação Física, Educação do campo, Pedagogia e Filosofia. Oferta, também, os cursos de Pós-Graduação: Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semi-árido Brasileiro, Especialização em Educação e Interdisciplinaridades, Especialização em História da África, da Cultura Negra e do Negro no Brasil e Mestrado Profissional em Educação do Campo.

Localizada na microrregião de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia, Cachoeira apresenta traços da cultura com matrizes africanas, em especial, da etnia Malê. O município de Cachoeira está subdividido nos distritos de: Cachoeira (sede), Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape. A região foi desbravada em meados do século XVI, mas o povoado nascido em torno de um engenho de açúcar, só começou a crescer um século mais tarde. Dados do IBGE, mostraram a estimativa populacional, em 2014, de 34.394 habitantes.

Na cidade de Cachoeira está situado o Centro de Ensino de Artes, Humanidades e Letras da UFRB - CAHL, composto pelos seguintes cursos de graduação: Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em História, Museologia, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública. Possui, também, cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento.

A sede da UFRB e de dos Centros de Ensino em Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) é em Cruz das Almas, que já abrigava a Escola de Agronomia da UFBA. O município está localizado no Recôncavo Sul, há 146 quilômetros de Salvador. Apresentou em 2014, segundo o IBGE, aproximadamente 63.299 habitantes.

O CCAAB possui os cursos de graduação em Agronomia, Biologia- Bacharelado, Biologia - Licenciatura, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Zootecnia. É o centro de ensino com o maior número de cursos de pós-graduação: Programa de Pós-Graduação *Lato-Sensu* em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social, Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Mestrado e Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola (Mestrado e Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Microbiologia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Programa de Pós-Graduação em Solos e Qualidade de Ecossistemas, Programa de Pós-Graduação

em Defesa Agropecuária e Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Já o CETEC concentra os cursos de graduação em Engenharia Civil, Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas, Engenharia da Computação, Licenciatura em Matemática (EaD), Engenharia Mecânica, Bacharelado em Matemática e Engenharia Sanitária e Ambiental. Como curso de Pós-Graduação, oferta o Mestrado Profissional em Matemática.

Em 2013 foram criados, respectivamente, nas cidades de Feira de Santana e Santo Amaro, os Centros de Ensino de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) e o Centro de Ensino de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT). Feira de Santana, apelidada por Rui Barbosa como a Princesa do Sertão, localizada na região ocidental do Recôncavo, é a segunda cidade mais populosa do estado da Bahia, exerce forte influência nos municípios do interior, em 2014 possuía 612 mil habitantes. Além da UFRB, a cidade conta com a Universidade Estadual de Feira de Santana e com instituições de educação tecnológica: o Instituto da Bahia e o Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB). O CETENS foi criado com os cursos de graduação: Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Matemática e Ciências Naturais e Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade. Já possui um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Trabalho, Educação e Desenvolvimento para a Gestão da Educação Profissional.

O município de Santo Amaro conhecido pela expressão cultural, localiza-se ao sul do Recôncavo Baiano, apresentou no senso do IBGE de 2014, uma população aproximada de 61.600 pessoas. No campo da educação superior federal, além da UFRB, a cidade tem um *campus* do Instituto Federal da Bahia. O CECULT surgiu com o curso de graduação, Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, para o primeiro ciclo, e para o segundo ciclo: Tecnologias do Espetáculo (Cenografia, Figurino, Iluminação e Caracterização), Música Popular Brasileira, Produção Musical e Design Digital.

A UFRB iniciou as atividades no segundo semestre de 2006, ainda com a tutoria da UFBA devido à transição administrativa e acadêmica, com oferta de quinze cursos de graduação, dos quais, onze eram novos e quatro já existiam no Centro de Ciências Agrárias a UFBA. Para o primeiro ingresso dos estudantes na UFRB foi realizado pelo Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação da UFBA (SSOA) um vestibular especial com a oferta de 620 vagas.

Em 2008, a UFRB já disponibilizava 1.580 (mil e quinhentos e oitenta) vagas nos Centros de Ensino das cidades de Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa e Santo Antonio de Jesus. (BRASIL, UFRB - 5 anos: Caminhos, Histórias e Memórias, 2010, s/p).

3.2.1. O Plano de Reestruturação da UFRB

O REUNI para a UFRB representou a expectativa de estruturação e ampliação caminhando lado a lado, uma vez que o projeto de implantação se encerrou em 2009. Sendo assim, a participação desta universidade no Programa REUNI é diferenciada em relação às demais, tendo em vista que não seria reestruturada, e sim estruturada e expandida.

A adesão da UFRB ao REUNI demonstra a pretensão de atendimento da demanda reprimida de acesso à educação superior pública da população do interior do Estado da Bahia. Mesmo com esta proposição, muitas reuniões do Conselho Universitário – CONSUNI foram realizadas, até que foi possível, em 2008, a aprovação da adesão da UFRB ao programa. Isto por conta dos entendimentos contrários de alguns membros da comunidade acadêmica ao REUNI em 2008, devido, principalmente, ao momento de implantação vivido pela UFRB.

O Projeto REUNI da UFRB tem como objetivo geral melhorar as condições do ensino de graduação com qualificação na oferta de cursos visando à redução da evasão e o aumento da taxa de sucesso. (Plano de Reestruturação da UFRB, 2007, s/p).

Considerando que um dos grandes desafios da educação é manter o estudante até a conclusão do processo formativo, verifica-se a diretriz do REUNI/UFRB em criar mecanismos que possibilitem a permanência estudantil e o alcance do sucesso acadêmico.

Logo, foram fixados como princípios gerais norteadores do REUNI/UFRB:

- Respeito às especificidades dos Centros de Ensino;
- Construção/reconstrução de projetos políticos pedagógicos cada vez mais flexíveis e interdisciplinares;
- Criação de novos cursos que auxiliem a Instituição no cumprimento da sua missão e do seu compromisso social com o Recôncavo permitindo a construção por parte do aluno de itinerários formativos adequados às suas necessidades;
- Expansão de matrículas em proporção condizente com a capacidade técnico-científica instalada;
- Utilização da educação à distância como alternativa metodológica para formação pedagógica de docentes e para uso em turmas com um número mais expressivo de discentes;
- Aprimoramento dos processos seletivos da UFRB, reduzindo sobremaneira a influência da variável sócio-econômica. (Projeto REUNI da UFRB, 2007, s/p).

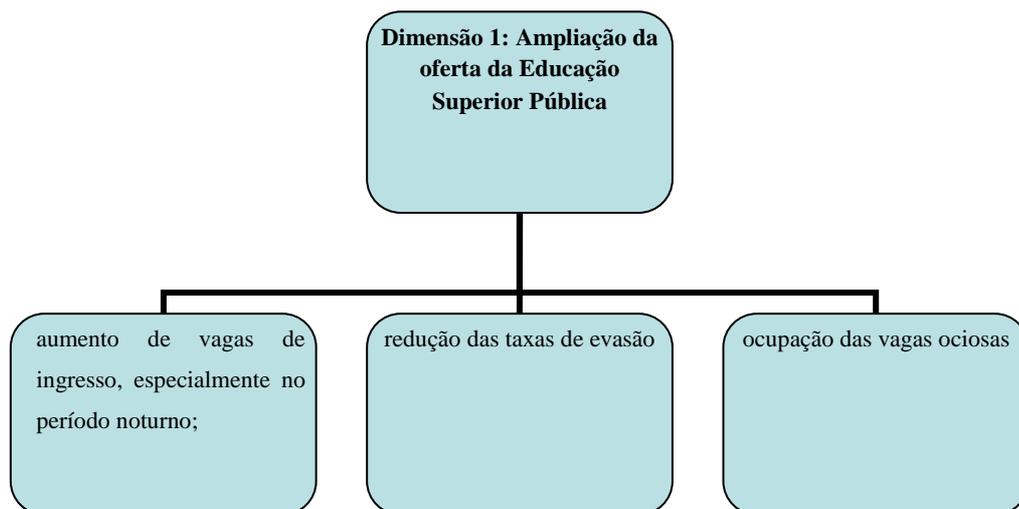
É neste sentido, que para o alcance do objetivo geral e respeitando os princípios norteadores do plano de reestruturação da UFRB foram construídas seis dimensões de atuação com subdivisões, metas a serem alcançadas, estratégias para cumprir as metas, etapas detalhadas e indicadores para acompanhamento e controle da execução.

A primeira dimensão do plano refere-se à ampliação da oferta de Educação Superior Pública, atendendo ao que se propõe a política pública de expansão e interiorização do ensino superior. Foram estabelecidas três subdivisões para a dimensão citada, sendo elas:

- subdivisão 1: aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- subdivisão 2: redução das taxas de evasão;
- subdivisão 3: ocupação das vagas ociosas.

A figura 2 apresenta a representação da dimensão ampliação da oferta da Educação Superior Pública contida no Projeto REUNI da UFRB.

Figura 2: Detalhamento da dimensão 1 - Ampliação da oferta da Educação Superior Pública.



Fonte: Dados do Projeto REUNI/UFRB. Elaborado pela autora em agosto/2015.

As subdivisões definidas no plano de reestruturação da UFRB possuem metas a serem alcançadas e ações associadas a cada meta. Sendo assim, para o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, fixou-se a meta: ampliar as matrículas na graduação de 1.619 para 10.970, até o ano de 2011. Para tanto, foi necessário criar ações específicas para que a meta fosse cumprida ou seja para que as 10.970 matrículas fossem realizadas, definiram-se as ações abaixo descritas:

- Criar 17 cursos novos: Farmácia, Tecnólogo em Análise Agrícolas e Ambientais, Tecnólogo em Agroecologia, Tecnólogo em Agroindústria, Tecnólogo em

Desenvolvimento Territorial, Licenciatura em Química, Educador Social, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva, Bacharelado em Turismo, Bacharelado em Economia, Licenciatura em Letras/Libras, Tecnólogo em Geomática, Tecnólogo em Gestão e Planejamento Ambiental, Engenharia da Computação, Engenharia de Energia, Bacharelado em Matemática e Bacharelado em Física;

- Oferecer, dos 17 cursos novos, nove no período noturno: Licenciatura em Química, Educador Social, Bacharelado em Física, Tecnólogo em Gestão e Planejamento Ambiental, Tecnólogo em Desenvolvimento Territorial, Bacharelado em Turismo, Bacharelado em Matemática, Licenciatura em Letras/Libras e Engenharia da Computação;
- Ampliar para 45 as vagas de todos os cursos já existentes e que ofertem apenas 40 vagas.

Como resultados destas ações foi feita a divisão por Centro de Ensino das matrículas projetadas após a implantação do REUNI:

Quadro 1 - Oferta de cursos de graduação da UFRB por Centro pós-REUNI

CENTRO DE C. AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS – CCAAB					
CURSO	TURNO	Duração padrão (anos)	Vagas/Ano	Matrícula projetada sem fator retenção	Matrícula projetada com fator retenção
Agronomia	Diurno	5	80	400	420
Biologia	Diurno	4	60	240	270
Biologia (Licenciatura)	Noturno	4	45	180	202,5
Engenharia de Pesca	Diurno	5	50	250	262,5
Engenharia Florestal	Diurno	5	60	300	315
Medicina Veterinária	Diurno	5	60	300	319,5
Zootecnia	Diurno	5	60	300	319,5
Tec. em Gestão de Cooperativas	Noturno	3	60	180	194,76
Tec. em Desenvolvimento Territorial	Noturno	3	60	180	194,76
Tec. em Agroecologia	Diurno	3	60	180	194,76
Tecnologia em Análises Agrícolas e	Diurno	3	60	180	194,76

Ambientais					
Tec. em Agroindústrias	Diurno	3	60	180	194,76
TOTAL			715	2.870	3.082,80
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP					
CURSO	TURNO	Duração padrão (anos)	Vagas Ano	Matrícula projetada sem fator retenção	Matrícula projetada com fator retenção
Filosofia (Licenciatura)	Noturno	4	70	280	308
Física (Licenciatura)	Diurno	4	45	180	198
Física (Licenciatura)	Noturno	4	45	180	198
Matemática (Licenciatura)	Diurno	4	45	180	198
Matemática (Licenciatura)	Noturno	4	45	180	198
Química (Licenciatura)	Diurno	4	45	180	198
Química (Licenciatura)	Noturno	4	45	180	198
Educador Social	Noturno	4	50	200	220
Letras/ Libras	Noturno	4	50	200	223
Pedagogia	Diurno	4	45	180	198
Pedagogia	Noturno	4	45	180	198
TOTAL			530	2.120	2.335
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS					
CURSO	TURNO	Duração padrão (anos)	Vagas/ Ano	Matrícula projetada sem fator retenção	Matrícula projetada com fator retenção
Enfermagem	Diurno	5	90	450	479,7
Nutrição	Diurno	5	90	450	479,7
Psicologia	Diurno	5	90	450	495
Farmácia	Diurno	5	45	225	239,85

Bac. Interdisciplinar em Saúde Coletiva	Diurno	3	45	135	143,91
TOTAL			360	1.710	1.838,16
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL					
CURSO	TURNO	Duração padrão (anos)	Vagas/Ano	Matrícula projetada sem fator retenção	Matrícula projetada com fator retenção
Ciências Sociais	Diurno	4	50	200	224
Comunicação	Diurno	4	50	200	224
Cinema e Audiovisual	Diurno	4	50	200	220
História	Diurno	4	50	200	220
História	Noturno	4	50	200	220
Museologia	Diurno	4	50	200	224
Serviço Social	Diurno	4	50	200	224
Serviço Social	Noturno	4	50	200	224
Bacharelado em Economia	Diurno	4	50	200	448
Bacharelado em Turismo	Diurno	4	50	200	224
Bacharelado em Turismo	Noturno	4	50	200	224
TOTAL			550	2.200	2.676
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS - CETEC					
CURSO	TURNO	Duração padrão (anos)	Vagas/Ano	Matrícula projetada sem fator retenção	Matrícula projetada com fator retenção
Tecnólogo em Geomática	Diurno	3	50	150	162,3
Tec. em Gestão e Planejamento Ambiental	Noturno	3	50	150	162,3
Bacharelado em Ciência Exatas e Tecnológicas	Diurno	3	125	375	424,7
Bacharelado em Ciência Exatas e Tecnológicas	Noturno	3	125	375	424,7

Eng. Sanitária e Ambiental	Diurno	5	50	250	270,5
Engenharia de Energia	Diurno	5	50	250	270,5
Eng. de Computação	Noturno	5	50	250	270,5
Bac. em Matemática	Noturno	3	45	135	152,89
Bacharelado em Física	Noturno	3	45	135	152,89
TOTAL				590	2.070
					2.291,28

Associada à dimensão da ampliação da oferta da Educação Superior Pública, a subdimensão 2 trata da redução das taxas de evasão na UFRB. Neste item, existe uma observação quanto ao critério utilizado para cálculo da taxa de evasão apresentada de 31,5%, quer seja: como a criação da UFRB ocorreu em 2006, todos os cursos de graduação também foram criados no mesmo ano, com exceção do curso de Agronomia, que foi remanescente da Escola de Agronomia da UFBA, sendo que foi a partir dele que foi construída a série histórica para avaliação da evasão, e dos cursos de Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca e Zootecnia implantados em 2005. (Plano de reestruturação da UFRB, 2007).

Com o objetivo de diminuir as taxas de evasão, a UFRB elegeu as seguintes medidas:

- reduzir a evasão aos patamares de 10%; e
- criar mecanismos de permanência para 463 alunos a fim de auxiliar na redução da taxa de evasão de todos os cursos da UFRB, a partir do segundo semestre de 2008.

O desafio imposto à UFRB para garantia da conclusão do processo formativo dos estudantes é complexo devido, principalmente, as dificuldades de fixação nas cidades do interior do estado da Bahia, seja no que se refere à infraestrutura de transportes, daquelas decorrentes dos altos preços do mercado imobiliário, além das condições sócio-econômicas destes estudantes.

Para que 100% das vagas ociosas fossem ocupadas (última subdimensão) ficou estabelecido o cronograma abaixo:

- 40% em 2008;
- 20% em 2009;
- 10% em 2010;
- 10% em 2011;

- 10% em 2012.

As estratégias para alcançar a meta de ocupação das vagas ociosas foram alicerçadas em quatro mecanismos:

- Transferência externa entendida como ingresso de alunos oriundos de outras IES;
- Matrícula de graduados entendida como ingresso de alunos portadores de diploma de nível superior com intenção de obter novo título;
- Rematrícula entendida como reingresso de aluno que abandonou a UFRB por falta de desempenho e outros motivos;
- Reopção entendida como possibilidade do aluno regular mudar de curso na mesma área.

A segunda dimensão do REUNI da UFRB é a reestruturação acadêmico-curricular, com o objetivo de elevar a qualidade na graduação. Esta dimensão está composta por cinco subdimensões, a saber:

- revisão da estrutura acadêmica;
- reorganização dos cursos de graduação;
- diversificação das modalidades de graduação;
- implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
- previsão de modelos de transição.

A terceira dimensão:renovação pedagógica da educação superior foi estruturada com as subdimensões abaixo:

- Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
- atualização de metodologia (e tecnologia) de ensino-aprendizagem;
- previsão de programas de capacitação pedagógica para implantação do novo modelo;

A Quarta dimensão presente no plano de reestruturação da UFRB é a Mobilidade Intra e Inter-institucional. Para realização desta dimensão foi elaborada a subdimensão:

- promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior.

Já a quinta dimensão, Compromisso Social da Instituição, a UFRB seguiu o Documento de Orientação para as Universidades e manteve como subdimensões os aspectos presente no citado documento. Subdimensões:

- Políticas de inclusão;
- Programa de assistência estudantil;
- Políticas de extensão universitária;

A última dimensão refere-se ao suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, porém a estrutura desta dimensão apresenta o direcionamento para a expansão quantitativa da pós-graduação.

Discussão dos Resultados

O arboúço desta pesquisa está ancorado nas ações/dimensões acadêmicas do plano de reestruturação da UFRB, desta forma não estão contemplados aspectos orçamentários-financeiros do plano de reestruturação da UFRB.

Os resultados alcançados nesta pesquisa são oriundos da análise documental da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, principalmente do plano de reestruturação e dos relatórios de gestão, onde constam os dados relacionados às metas pactuadas junto ao REUNI, uma vez que não foram desenvolvidos pela instituição relatórios individuais sobre a execução do plano de reestruturação apresentado ao Ministério da Educação.

Ressalte-se que a UFRB acrescentou na estrutura organizacional duas unidades voltadas para o Programa REUNI, uma coordenação e uma assessoria, o que demonstra a atenção e o interesse institucional no acompanhamento da sua expansão e interiorização. Porém, em seis anos de atuação quatro gestores foram designadas para as citadas unidades, o que pode ter causado a descontinuidade do acompanhamento do pacto feito pela instituição e o MEC.

Além disso, há dois endereços eletrônicos na página eletrônica da UFRB dedicada à temática da expansão: <https://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/expansao> e <https://www1.ufrb.edu.br/reuni/>, o que causa dificuldade e insegurança ao leitor ao pesquisar os dois endereços, pois parece que há dissociação entre a expansão da UFRB e o projeto REUNI/UFRB. No primeiro endereço constam os projetos de criação dos *campi* de Feira de Santana e Santo Amaro, bem como os projetos dos Cursos de: Medicina, Educação do Campo em Amargosa, Educação do Campo em Feira de Santana, Publicidade e Propaganda em Santo Amaro, Libras (ampliação), além do Consórcio de Engenharia e projeto da Unidade Interdisciplinar de afiliação à vida universitária e formação geral da UFRB (UNIAF). Já o segundo endereço eletrônico apresenta dados e informações do plano de reestruturação da UFRB.

Logo, caso não sejam visitados os dois endereços eletrônicos e realizadas leituras a impressão para o leitor é que se tratam de ações diferentes e isoladas, quando na verdade não são!

O campo de análise desta pesquisa se restringiu às questões de acesso e permanência constantes do projeto REUNI da UFRB, sendo assim, não integra o referido campo questões orçamentárias e financeiras descritas no citado projeto.

No que se refere ao acesso à Educação Superior foram observadas as seguintes variáveis descritas no projeto de expansão da UFRB: aumento de vagas, redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas, revisão da estrutura acadêmica, reorganização dos cursos de

graduação, diversificação das modalidades de graduação, implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitam a construção de itinerários formativos, modelos de transição, articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, metodologia e tecnologias de ensino-aprendizagem, programas de capacitação pedagógica e mobilidade estudantil.

Em relação à permanência estudantil, foram analisadas as ações institucionais vinculadas a temática, a saber: políticas de inclusão e programas de assistência estudantil.

O acesso à graduação da UFRB, até o ano de 2009, era através do vestibular, para 1.790 vagas (Relatório de gestão da Prograd, 2009, página 31). Já, em 2010, foram disponibilizadas 2.090 vagas.

Em 2011, devido a diminuição da oferta de vagas nos cursos do Centro de Ciências da Saúde, houve, conseqüentemente um decréscimo, aproximado de 26% no quantitativo de vagas ofertadas na graduação em relação ao ano anterior, ou seja, foram ofertadas 1.539, vagas.

O quadro 2, elaborado com base nos dados extraídos do relatório de gestão da PROGRAD, 2011, apresenta as vagas por Centro de Ensino que foram ofertadas até 2011:

Quadro 2 - Oferta dos Cursos de Graduação com respectivos quantitativos de vagas por Centro de Ensino da UFRB até 2011.	
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas	
Curso	Vagas ofertadas
Agronomia	60
Biologia Diurno	67
Biologia Noturno	44
Engenharia de Pesca	80
Engenharia Florestal	73
Medicina Veterinária	45
Zootecnia	86
Total	455
Centro de Formação de Professores	
Curso	Vagas ofertadas
Filosofia	60
Física	100
Matemática	50
Química	52
Pedagogia	100
Educação Física	54
Total	416
Centro de Ciências da Saúde	
Curso	Vagas ofertadas
Psicologia	36

Bacharelado em Saúde Coletiva	59
Total	95
Centro de Artes, Humanidades e Letras	
Curso	Vagas ofertadas
Ciências Sociais	51
Comunicação	50
Cinema e Audiovisual	51
História	50
Museologia	55
Serviço Social	50
Artes Visuais	50
Gestão Pública	50
Total	407
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	
Curso	Vagas ofertadas
Bacharelado em Ciências Exatas	106
Engenharia Sanitária e Ambiental	60
Total	166
Total Geral	1539

A partir da análise dos quadros 2, verifica-se que a proposta para oferta de vagas na graduação da UFRB foi de 2.745 vagas, até o ano de 2011, mas de fato foram disponibilizadas 1.539, sendo assim, do quantitativo estimado de vagas, a UFRB conseguiu atingir 56% da projeção, isto devido, principalmente, a não criação dos 17 cursos de graduação previstos no plano de reestruturação, além da oferta de quantitativos inferiores de vagas em 25 cursos, conforme apresentado no quadro 2. Dentre as justificativas apresentadas pela instituição no relatório de gestão (2011), destaca-se a falta de servidores docentes, técnico-administrativo, de condições estruturais, além de ausência de campos de estágio para os estudantes dos cursos do Centro de Ciências da Saúde, para cumprimento do que fora pactuado no REUNI.

Quanto à ausência de campos de estágio para os estudantes do CCS, há de se averiguar a motivação para esta ausência, tendo em vista a existência do Hospital Regional, localizado em Santo Antonio de Jesus, cidade onde também está situado o CCS.

Quadro 3 - Oferta dos Cursos de Graduação e quantitativos de vagas por Centro de Ensino da UFRB até 2011: vagas ofertadas x vagas pactuadas		
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas		
Curso	Vagas ofertadas	Vagas pactuadas
Agronomia	60	80
Biologia Diurno	67	60
Biologia Noturno	44	45
Engenharia de Pesca	80	50
Engenharia Florestal	73	60
Medicina Veterinária	45	60
Zootecnia	86	60
Total	455	415
Centro de Formação de Professores		
Curso	Vagas ofertadas	Vagas pactuadas
Filosofia	60	70
Física	100	90
Matemática	50	90
Química	52	90
Pedagogia	100	90
Educação Física	54	0
Total	416	430
Centro de Ciências da Saúde		
Curso	Vagas ofertadas	Vagas pactuadas
Psicologia	36	90
Bacharelado em Saúde Coletiva	59	45
Total	95	135
Centro de Artes, Humanidades e Letras		
Curso	Vagas ofertadas	Vagas pactuadas
Ciências Sociais	51	50
Comunicação	50	50
Cinema e Audiovisual	51	50
História	50	50
Museologia	55	50
Serviço Social	50	50
Artes Visuais	50	0
Gestão Pública	50	0
Total	407	300
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas		
Curso	Vagas ofertadas	Vagas pactuadas
Bacharelado em Ciências Exatas	106	250
Engenharia Sanitária e Ambiental	60	50
Total	166	300

Consta-se que foram implantados oito cursos dos dezessete previstos até 2011, ou seja, a UFRB atingiu 47 % da meta.

Após a adesão ao ENEM/SISU a UFRB conseguiu atrair um quantitativo maior de estudantes egressos do ensino médio para os cursos de graduação. A instituição registrou 85.792 inscritos, em 2010, no ENEM/SISU, o que representou um aumento de 1.151,38% quando comparados aos 7.419 inscritos no vestibular de 2009. (gráfico 16).

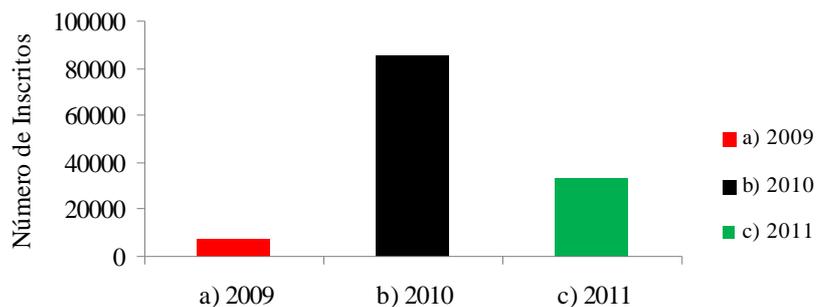


Gráfico 16: Número de inscritos processo seletivo para graduação da UFRB (2009-2011)

Fonte: Relatório de Gestão da PROGRAD, 11. Elaborado pela autora, 2014.

A opção da UFRB em aderir ao ENEM/SISU ratifica os argumentos utilizados pelo Governo Federal no momento da implantação e reformulação do exame nacional do ensino médio, quando afirmou que a questão da mobilidade dos estudantes, principalmente aqueles com dificuldades financeiras para custear as despesas de deslocamento para prestar as provas dos vestibulares nas diversas partes do território nacional, se apresentava como uma dificuldade para o acesso ao ensino superior e a unificação dos processos seletivos das instituições de ensino superior para a graduação superaria esta dificuldade, uma vez que o candidato inscrito no Enem não precisa se deslocar para prestar provas e concorrer à vaga em qualquer instituição participante do ENEM/SISU localizada nos mais diversos pontos do país.

A meta pactuada no Projeto REUNI da UFRB para número de matrículas, até 2011, foi de 10.970. Porém, até 2011 foram efetivadas 9.911 matrículas, desta forma, 90% do quantitativo pactuado foi alcançado pela instituição.

Alguns motivos para o não cumprimento da meta pactuada foram citados no relatório de gestão da UFRB do ano de 2011, conforme segue:

Os problemas enfrentados na UFRB no cumprimento da meta estão relacionados com a decisão do Centro de Ciências da Saúde (CCS), localizado em Santo Antonio de Jesus, em reduzir o número de vagas em decorrência de dificuldades relacionadas à inserção de 180 discentes nos campos de estágio de saúde existentes na região e de acompanhamento de

estágio nesta área, tendo em vista que a exigência regulamentar, Lei de Estágio 11.788/2008, art. 9º, inciso III, estabelece que cada docente pode inserir em espaços de saúde uma turma de, no máximo, 10 discentes e alguns cursos pactuados com o MEC no projeto REUNI/UFRB, como Arquitetura (45 vagas), Tecnólogo em Gestão Ambiental (70 vagas) e Farmácia (45 vagas) não foram ofertados devido à falta de quadro de docentes e de capacidade instalada adequadas à demanda requerida para funcionamento dos referidos cursos. (BRASIL, UFRB – Relatório de Gestão, 2011, s/p).

Porém, os motivos apresentados no citado relatório de gestão contradizem uma parte da análise do REUNI/UFRB presente no livro de comemoração aos cinco anos da instituição:

O programa (REUNI) garantiu os recursos necessários para investimentos em estrutura física, contratação de servidores docentes e técnico-administrativos, criação de cursos e ampliação de políticas de acesso e permanência. (BRASIL, UFRB – 5 anos: Caminhos, Histórias e Memórias, 2010, s/p).

O livro de comemoração dos cinco anos de existência da UFRB foi publicado em 2010 e já apresentou a análise do REUNI que possui metas a serem executadas até 2011, então, é possível que a informação do citado livro não tenha considerado as ocorrências de 2011.

No plano de reestruturação da UFRB não consta qual tipologia foi usada para definição da evasão e nem os motivos para a evasão encontrada de 31,5% no curso de Agronomia, parâmetro para estabelecimento da meta, uma vez que devido à criação da UFRB em 2006 e, conseqüentemente dos seus cursos de graduação, não foi possível identificar a partir da análise histórico em 2007, taxa de evasão nos demais cursos.

A UFRB vinculou à causa da evasão às questões de permanência material estudantil, uma vez que, a única estratégia constante no plano de reestruturação da instituição, é de criar mecanismos para permanência de 463 estudantes, a partir do segundo semestre de 2008. Quando a UFRB optou em criar mecanismos de permanência para 463 estudantes, fica claro que a questão da evasão institucional será resolvida com a permanência dos 463 estudantes, não foi prevista a criação de instrumentos que permitissem identificar a evasão na instituição.

Os dados de evasão na graduação encontrados, também, nos relatórios de gestão da PROGRAD/UFRB, no período de 2007 a 2013, registraram a evasão em um dado curso específico de cada Centro de Ensino, ou seja, não foi possível identificar o patamar total da evasão na graduação da UFRB, mesmo decorridos sete anos de criação da instituição e dos cursos de graduação.

No ano de 2011, a Pró-Reitoria de Graduação realizou uma tentativa de levantar os dados da evasão nos vinte e cinco cursos de graduação, através de solicitação aos coordenadores de curso

para identificação, a partir do registro de frequência nos diários dos componentes curriculares dos discentes que nunca haviam frequentado às aulas. Porém, apenas sete cursos realizaram o levantamento: Educação Física, Pedagogia, Matemática, Bacharelado em Biologia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas e Zootecnia.

A tabela 15 retirada do relatório de gestão do exercício de 2011 da PROGRAD/UFRB apresenta o percentual de desistência dos cursos que fizeram o levantamento das frequências dos estudantes.

Tabela 15 - Percentual de desistência nos cursos de graduação da UFRB em 2011.

Curso	Ingressantes	Desistentes	% de desistência
Biologia	67	9	13,43%
Engenharia Sanitária e Ambiental	61	5	8,20%
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	105	7	6,67
Educação Física	54	2	3,70%
Pedagogia Diurno	101	13	12,87%
Matemática	49	9	18,37%
Zootecnia	95	23	24,21%
Total/Média	532	68	12,78%

Fonte: Relatório de Gestão da PROGRAD, 2011.

Com base na tabela 15, a cada 532 estudantes que ingressaram na UFRB, até 2011, sessenta e oito desistiram do curso.

A outra estratégia elaborada pela UFRB para ampliação da oferta da educação superior pública foi a ocupação de 100% das vagas ociosas na graduação.

Desde 2010, a UFRB utiliza processos seletivos de acesso por meio de publicações de editais para portador de diploma, transferências internas e externas e rematrículas com o intuito de preenchimento das vagas ociosas.

O último relatório de gestão da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), disponível na página eletrônica desta Pró-reitoria, é referente ao exercício de 2013, apresenta o quantitativo de 554 vagas da graduação que foram disponibilizadas em oito editais dos processos seletivos para portador de diploma, transferências internas e externas e rematrículas. Porém, mesmo com as oito oportunidades para ingresso na graduação da UFRB, foram matriculados ao final de todos os processos realizados apenas 89 (oitenta e nove) estudantes, o que corresponde ao percentual de 16% de ocupação das vagas ociosas. Desta forma, em relação a meta pactuada de ocupação de 100% das vagas ociosas, apenas 16% foram alcançados.

Para dimensão ampliação da oferta da educação superior pública, verificou-se que as três sub-dimensões estabelecidas: aumento de vagas de ingresso, redução das taxas de evasão e ocupação das vagas ociosas, não foram cumpridas conforme a previsão no plano de reestruturação da UFRB. Porém, cabe dizer que as metas criadas foram de difícil execução, principalmente, quando se pretendeu alcançar percentuais máximos de 100%, como a ocupação das vagas ociosas, uma vez que inúmeras são as variáveis implicadas na evasão, desde o conceito até o parâmetro definidos pela instituição.

Diversos motivos podem levar o estudante a não concluir o ciclo formativo, como por exemplo, questões financeiras, não afiliação ao curso, e a instituição não terá condições de acabar com a evasão apenas com publicações de editais para concessão de auxílios financeiros através de bolsas, e nem ocupar vagas ociosas apenas oportunizando outras formas de ingresso.

Neste sentido, a UFRB com políticas isoladas, sejam aquelas vinculadas ao ensino, através da Pró-Reitoria de Graduação, ou aquelas relacionadas à permanência gerenciadas pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), não haverá êxito institucional, é preciso que haja a articulação entre as políticas, o que possibilitará que ensino, pesquisa e extensão, além da gestão administrativa, caminhem juntas, na mesma direção e com o mesmo objetivo.

Sendo assim a UFRB, quanto à dimensão ampliação da oferta da educação superior pública (Projeto REUNI/UFRB) não alcançou todas as metas previstas nos percentuais delimitados, porém os resultados alcançados são significativos e demonstram a necessidade de acompanhamento e análise de questões que independentemente do REUNI, continuam existindo na instituição, a exemplo da evasão, ociosidade de vagas, baixas taxas de conclusão, etc.

A segunda dimensão constante no projeto REUNI da UFRB, é a **reestruturação acadêmico-curricular**, composta pelas seguintes sub-dimensões:

- revisão da estrutura acadêmica, buscando a constantes elevação da qualidade: nesta sub-dimensão, há um diagnóstico da situação atual na UFRB, in verbis:

"A UFRB tem sua estrutura organizacional binária em que o poder é partilhado por duas instâncias: a Administração Central (Reitoria) e a Administração Setorial, os Centros de Ensino, organizados por áreas temáticas, reconhecidas pela comunidade acadêmica." (Projeto Reuni da UFRB, 2007, s/p).

O diagnóstico apresentado aparece como justificativa para não ter sido estabelecida uma meta a ser cumprida nesta sub-dimensão, uma vez que o entendimento da instituição é que a UFRB já foi criada com uma estrutura diferente da usual, por possuir uma estrutura organizacional binária, composta

pela Reitoria e pelos Centros de Ensino. Apesar da expressão reestruturação acadêmico-curricular, não nos parecer apresentar vinculação com a estrutura organizacional, foi este entendimento institucional;

- reorganização dos cursos de graduação: para esta reorganização, a UFRB definiu as seguintes metas, para sumprimento, até 2011: reformulação dos currículos de 15 cursos de graduação, criação de sete cursos tecnológicos, constituição de 10 núcleos de ensino, pesquisa e extensão interdisciplinares, valorização do conhecimento vulgar e popularização da ciência, partir da elaboração de 10 projetos de extensão, criação da figura do orientador acadêmico para os estudantes da graduação e criação de dois cursos de bacharelados interdisciplinares. A reformulação dos currículos só foi iniciada em 2014, com a contratação de prestação de serviço de consultoria e assessoria pedagógica, que teve duração de um ano: 27/01/14 a 26/03/2015, devido a uma suspensão do contrato foi necessária a conclusão em março/2015. Criação de sete cursos tecnológicos. Até 2011 foram criados três cursos tecnológicos: Gestão de Cooperativas (2007), Agroecologia (2009) e Gestão Pública (2010), ou seja, a UFRB alcançou 42% da meta prevista, uma vez que previu criar sete cursos tecnológicos, até 2011, e criou três no prazo estipulado. Quanto à criação de dois cursos bacharelados interdisciplinares, a instituição conseguiu cumprir a meta estabelecida, pois os Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas (BCET) foi implantado em 2008 e, o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) em 2009. A partir da leitura do relatório de gestão da Prograd do ano de 2011, não foi possível identificar informação sobre a criação dos núcleos de ensino, pesquisa e extensão, bem como da criação da figura do orientador acadêmico. Com relação aos projetos de extensão, no projeto REUNI/UFRB não detalhamento acerca da elaboração destes projetos, porém no relatório de gestão da Pró-Reitoria de Extensão (2011) consta a informação que foram aprovados cinquenta projetos de extensão em 2011, ou seja, se a referência da meta foi apenas a criação de dez projetos de extensão, houve o cumprimento da meta, com superação, inclusive, da estimativa feita;

- diversificação das modalidades de graduação: com o intuito de diversificar as modalidades de graduação, a UFRB firmou o compromisso de oferecer mais um curso de Bacharelado interdisciplinar para ingresso em 2009 na área de saúde e mais seis cursos superior de tecnologia em: Desenvolvimento Territorial, Agroecologia, Análises Agrícolas e Ambientais, Agroindústrias, Geomática, Gestão e planejamento ambiental. (Projeto REUNI/UFRB, 2007, s/p.). O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde foi criado em 2009, e foram implantados três cursos Tecnológicos: Cooperativas, Gestão Pública e Agroecologia, ou seja, dos seis cursos previstos no plano de reestruturação, apenas um foi criado, além de outros dois que apesar de não terem sido previstos foram implantados;
- implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos: com a implantação dos bacharelados interdisciplinares, a UFRB entendeu contribuir para superação das escolhas precoces, além de oportunizar, após, três anos ou seis semestres a obtenção de título acadêmico-profissional. Sendo assim, estabeleceu a meta de criar sistema de títulos em todos os Centros de Ensino, iniciando com a oferta do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva para ingresso em 2009 e oferta das terminalidades profissionais para os cursos de Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas a partir dos cursos de Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas a partir dos cursos de Engenharia existentes e criados com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir de 2011. (Projeto REUNI/UFRB, 2007, s/p.). Até o ano de 2013 foram criados os cursos de Bacharelado em quatro Centros de Ensino: CETEC (Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas - BCET), CCS (Bacharelado em Saúde - BIS), CETENS (Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade - BES) e no CECULT (Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tcnologias Aplicadas - BICULT). Então, não houve cumprimento das metas previstas;

A análise individual das sub-dimensões da dimensão reestruturação acadêmico-curricular, a UFRB conseguiu desenvolver importantes ações, como criação de cursos tecnológicos, bacharelados interdisciplinares, reformulação de currículos da graduação, apesar de não ter

alcançados as metas conforme fez a previsão em seu plano de reestruturação. Vale destacar, ainda, a repetição de metas nas sub-dimensões, como por exemplo a criação do Bacharelado em Saúde e criação dos cursos tecnológicos que foram citadas nas três sub-dimensões.

A terceira dimensão do projeto REUNI/UFRB refere-se à **renovação pedagógica da educação superior**. Para promover a renovação pedagógica proposta, a UFRB determinou três sub-dimensões:

- articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica: conforme consta no plano de reestruturação da UFRB, a instituição já foi criada preocupada com a educação básica, por este motivo construiu o Centro de Formação de Professores, o qual oferece licenciaturas para suprir os municípios da região com a oferta de profissionais para a educação básica. Para que a articulação da educação superior com a básica, profissional e tecnológica fosse realizada, a UFRB elegeu três metas: fazer mais convênios com todas as prefeituras da região, envolver 50% dos estudantes das licenciaturas nos projetos realizados nas escolas e, viabilizar a participação de todos os estudantes, em algum momento de seu percurso, em atividades desenvolvidas na escola de educação básica. A previsão para realização destas metas foi até 2012. A UFRB possui convênio com quatorze municípios, incluídos municípios da região do Recôncavo, como de outras regiões e Estados do Brasil. (<http://www1.ufrb.edu.br/coopc/instrumentos-firmados>). Após consulta nos relatórios de gestão das Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação, há relação de projetos, porém não identificamos discentes envolvidos e nem os cursos que estão vinculados, ou seja, não é possível verificar se 50% dos estudantes das licenciaturas foram envolvidos em projetos realizados nas escolas;
- atualização de metodologia (e tecnologias) de ensino-aprendizagem: para promoção da atualização de metodologia e tecnologias, a UFRB, estabeleceu cinco metas comprevisão de execução para 2008 e três metas a serem executadas em 2009. Para o ano de 2008, foram previstas as seguintes metas: formar três equipes de apoio didático-pedagógico constituídas por dez membros para atuação nos Centros de Ensino: CETEC, CCAAB e CFP, nos componentes curriculares de maior reprovação; disponibilizar 8 horas semanais dos bolsistas e docentes da área pedagógica que compuser as equipes para realização do trabalho com alunos e professores; ofertar capacitação didático-pedagógica a todos os membros das

equipes; oferecer atividades de formação continuada aos docentes na área pedagógica em consonância com o programa de formação dos docentes da UFRB; e criar o núcleo de estudos de Pedagogia Universitária. (Projeto REUNI/UFRB, 2007, s/p.). Das metas acima, apenas as atividades de formação continuada foram realizadas, porém no ano de 2011. Já para o exercício de 2009, estabeleceu-se as metas a seguir: produzir material audiovisual para 50% das disciplinas que tenham mais de 150 alunos matriculados e apresentem mais de 20% de retenção; disponibilizar bolsas para mestrandos e doutorandos produtores de material didático alternativo e para docentes da área pedagógica; e apoiar projetos de ensino inovadores. (Projeto REUNI/UFRB, 2007, s/p.). Não foram encontrados dados que permitissem o cumprimento ou não das metas para o ano de 2009;

- prever programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo: a UFRB, previu, até 2008: capacitar todo corpo docente da instituição; realizar encontros semestrais sobre temas pedagógicos; e realizar semestralmente um encontro de planejamento pedagógico. (Projeto REUNI/UFRB, 2007, s/p.). Apenas em 2011, foi criado o Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior (NUFORDES) na estrutura da PROGRAD. O NUFORDES possui o objetivo de dar suporte para a formação pedagógica continuada dos docentes da UFRB. (Relatório de Gestão - PROGRAD, 2011). Assim, não houve cumprimento das metas com prazo de execução até 2008, no que se refere à sub-dimensão previsão de programas de capacitação pedagógica.

A elaboração das metas das sub-dimensões da terceira dimensão, renovação pedagógica da educação superior, não permitiu a mensuração de forma mais clara, quanto ao que se objetivou na dimensão. Sendo assim, houve prejuízo na análise do cumprimento da dimensão, por falta de critérios de mensuração. A ação que merece destaque, devido à missão de dar suporte à formação pedagógica continuada docente, nesta dimensão é a criação do Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior (NUFORDES), integrante da estrutura organizacional da PROGRAD.

A quarta dimensão, diz respeito à **mobilidade intra e inter-institucional**, composta por uma sub-dimensão e possui o diagnóstico da situação atual, apresentado no projeto REUNI/UFRB:

"Atualmente o processo de Mobilidade Estudantil na UFRB tem se limitado na celebração de três convênios. Consoante a isto, as iniciativas para participação no programa de mobilidade tem ocorrido pelo interesse dos próprios alunos envolvidos. A UFRB ainda não possui uma política institucional de mobilidade acadêmica e ao longo de sua curta existência menos de dez alunos participaram desse processo, por conta de seus próprios esforços individuais." (Projeto REUNI/UFRB, 2007, s/p.)

A partir do reconhecimento da instituição quanto a inexistência de uma política institucional de mobilidade acadêmica, a UFRB definiu a seguinte sub-dimensão para mobilidade intra e inter:

- promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior: para possibilitar a ampla mobilidade, a UFRB definiu as seguintes metas: até 2008, mobilidade entre os Centros de Ensino da UFRB e mobilidade entre as Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil; e até 2009, mobilidade entre as Instituições Internacionais de Ensino Superior. O relatório de gestão da PROGRAD, 2011, consta que a UFRB possui convênio com a ANDIFES, que prevê relação de reciprocidade entre as signatárias no que se refere à mobilidade dos alunos de graduação entre as Universidades Federais brasileiras, a outra possibilidade para mobilidade é através de convênios com instituições internacionais, como já os convênios existentes: Instituto Politécnico de Bragança, Universidade Técnica de Lisboa, Associação Universidades dos Países de Língua Portuguesa e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A tabela 16, extraída o referido relatório de gestão, apresenta o quantitativo de estudantes da UFRB participantes da mobilidade acadêmica no ano de 2011.

Tabela 16 - Quantitativo de estudantes da UFRB em mobilidade acadêmica (2011).

Tipo de Mobilidade	Quantitativo de estudantes
Mobilidade de alunos da UFRB no país	6
Mobilidade de Alunos de outra IFES na UFRB	1
Mobilidade Internacional de alunos da UFRB	5
Mobilidade Internacional de Alunos de outras IFES na UFRB	2
Total	14

Fonte: Relatório de Gestão da Prograd, 2011.

A mobilidade acadêmica foi estruturada na UFRB, conforme demonstrado na tabela acima, inclusive a internacional, porém não foram encontradas informações acerca da mobilidade entre os Centros de Ensino da própria instituição.

A quinta dimensão abrange o compromisso social da instituição e está diretamente relacionada à permanência estudantil e extensão universitária. Nesta dimensão, foram estabelecidas três sub-dimensões, descritas abaixo:

- políticas de inclusão: meta de ampliar e implantar, até 2009, a verticalização das políticas de acesso, através da reserva de 50% das vagas destinadas em processos seletivos na UFRB para estudantes oriundos de escolas públicas, com declarado pertencimento étnico-racial e que demonstrem mérito acadêmico; meta cumprida conforme verificado no relatório de gestão da PROGRAD, 2010;
- programas de assistência estudantil: o plano de reestruturação da UFRB, cita que a instituição possui as seguintes ações realizadas através do Programa de Permanência: restaurante universitário, residências estudantis, auxílios pecuniário à moradia, auxílios pecuniários vinculados a projetos e auxílios acadêmicos. Foram estabelecidas as metas: até 2008, a UFRB previu reservar 30% das vagas dos programas de permanência para estudantes cotistas em situação de vulnerabilidade social; manter uma média superior a 28,59% do total de estudantes matriculados atendidos pela Política de Permanência da UFRB; em 2009, planejou implantar o serviço de acompanhamento psico-social e acadêmico nos quatro *campi* da UFRB; e, em 2010, implantar os Núcleos de Diversidade, Educação e Cultura - NUDEC nos quatro *campi* e ampliar em 20% a capacidade de cobertura da política de permanência e pós-permanência da UFRB;
- políticas de extensão universitária: foram definidas metas para os anos de 2008, 2009 e 2010. Para 2008, foram eleitas as seguintes metas: estabelecimento de normas, rotinas e controles; implantação, nos cursos, da flexibilização curricular por meio da extensão; e criação do fundo de apoio às ações extensionistas. Para 2009: criação de dez núcleos interdisciplinares de extensão e pesquisa; ampliação do número de Programas e Projetos; e criação de 45 bolsas de extensão universitária - PIBEX. E, até 2010: criação do Programa de Vivência Extensionista - VIVERCOM; criação do Programa Pró-Cultura; criação de 45 bolsas de extensão universitária - PIBEX; e criação de quatro laboratórios a céu aberto nos *campi*.

Quanto à permanência, a instituição pretendeu criar mecanismos de permanência para 463 (quatrocentos e sessenta e três) estudantes, a partir do segundo semestre de 2008. Sendo assim, em 2009, constatou-se no relatório de gestão da UFRB do referido ano, que 1.115 (mil cento e quinze) estudantes foram atendidos pelas políticas de inclusão social através do programa de permanência, o que correspondeu ao atendimento de 32% dos alunos da graduação.

Desta forma, a UFRB, através da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), responsável pelas decisões estratégicas, execução e gerenciamento das políticas de permanência e assistência estudantil, ultrapassou o que foi pactuado no REUNI em relação aos mecanismos de permanência.

Vale ressaltar, que em julho de 2015, a UFRB iniciou um novo ciclo gerencial, a partir da posse dos novos reitores, Prof. Dr. Silvio Luiz de Oliveira Soglia e Profa. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos. A comunidade acadêmica já percebe o direcionamento dado pela nova gestão na instituição, principalmente, no tocante ao aprimoramento das políticas de gestão, uma estratégia para alcance deste objetivo, foi a realização da primeira oficina de planejamento da administração central realizada no dia 21 de agosto de 2015.

Considerações Finais

"Há urgente necessidade de, pelo menos, recuperar a contemporaneidade da universidade. Se oferecermos uma graduação oriunda do Século XIX, numa organização do conhecimento tipicamente desenvolvida no Século XX e se estamos inseridos numa comunidade global do Século XXI, ficaremos diante de um sério problema de compatibilidade histórica. Apesar de tudo isso, tenho a certeza: se provocada, a instituição universitária certamente vai assumir seu lugar no mundo contemporâneo." (Almeida, Filho; Santos, 2008).

Os resultados desta pesquisa reafirmam as características elitistas e excludentes do ensino superior no Brasil, devido, principalmente, ao quantitativo de instituições privadas de ensino superior que em alguns momentos históricos ultrapassa 80% das instituições de ensino superior existentes no país, além de concentrar o maior quantitativo de matrículas neste nível de ensino. Ou seja, a implantação de políticas públicas voltadas para a expansão e interiorização das universidades federais, ainda não foram suficientes para superar a expansão da rede privada de ensino no país. Além disso, destacam-se os investimentos do governo federal nas instituições privadas, através de programas como o PROUNI e o FIES. Desta forma, como desdobramento do presente estudo, destaca-se, também a necessidade de elaboração de estratégias que permitam a expansão e a consolidação das IFES, além do aperfeiçoamento de instrumentos que garantam a democratização do acesso e a permanência no ensino superior brasileiro.

A democratização do acesso ao ensino superior tem ocorrido no Brasil desde a criação do PROUNI e do FIES e incrementada com o REUNI que possibilitou o aumento de vagas na graduação nas universidades federais.

A preocupação do governo federal com os programas PROUNI e FIES é comprovada quando verificada a trajetória histórica dos referidos programas. É importante destacar a publicação da Lei nº 12.202/2010, que proporcionou maior integração entre os programas PROUNI e FIES, isto porque:

- a inscrição no FIES pode ser feita em qualquer período do ano;
- o bolsista parcial do PROUNI tem assegurado o financiamento, independentemente, da existência de limite de recurso da mantenedora;
- o bolsista parcial do PROUNI pode optar pelo FGEDUC; e

- os fiadores apresentados pelo bolsista parcial do PROUNI ao agente financeiro pela garantia da fiança convencional deverão possuir renda mensal bruta conjunta pelo menos igual à parcela mensal da semestralidade, enquanto os fiadores dos demais estudantes deverão possuir renda mensal bruta conjunta pelo menos igual ao dobro da parcela mensal da semestralidade.

Ressalte-se, também, que os beneficiários do PROUNI que possuem bolsa parcial, desde 2005, têm prioridade na concessão de financiamento por meio do FIES do montante não coberto pelo Programa. esse benefício, que era de 50%, foi ampliado com a possibilidade de financiamento de até 100% do valor da mensalidade não coberto pela bolsa.

Como o FIES está inserido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estratégia de longo prazo lançada em 2007, com o objetivo de melhorar os índices educacionais do País em todos os níveis de ensino, é considerada uma das ações que tem contribuído para o cumprimento de uma das metas do PDE.

O investimento público na rede de ensino privada, precisa ser visto com mais cuidado. É preciso que as marcas da elitização da educação superior brasileira não se proliferem, como tem acontecido, uma vez que os investimentos na rede pública não têm sido capazes de alcançar a proliferação privada.

O sistema de ensino público deve ser capaz de promover a democratização do acesso, a expansão e a interiorização da educação superior. O direito constitucional à educação precisa prevalecer na sociedade para que as mazelas sociais e econômicas sejam superadas.

Ao longo da história da educação superior brasileira, é possível afirmar que o governo no estabelecimento de suas prioridades não levava em conta as necessidades da sociedade brasileira e dentre essas necessidades a manutenção das universidades públicas federais, patrimônio da sociedade brasileira, que podem desempenhar papel estratégico na redução das desigualdades regionais, sociais e econômicas existentes no país, contribuindo de forma efetiva para a transformação social e econômica brasileira, o que gerou toda situação de precarização vivenciada pelas universidades federais, fato constatado, inclusive no relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, criado em 2003.

Belloni e Obino Neto (2000) apontaram alguns indicadores que reforçam essa afirmativa. Segundo os autores, as universidades públicas são o *locus* principal da produção científica brasileira, indispensável para o desenvolvimento sustentado do país. Oferecem cursos e qualificam

profissionais em todas as áreas do conhecimento, principalmente as de maior custo, duração e complexidade, e nas regiões de menor nível de desenvolvimento econômico. A pós-graduação das universidades públicas é reconhecida em toda a América Latina e forma a grande maioria dos professores para o ensino superior público e privado, bem como profissionais e pesquisadores nos mais diversos campos do conhecimento. São elas que desenvolvem a maior parte das atividades de extensão, junto aos órgãos das prefeituras e estados, em diferentes áreas. Além disso, mantêm quase a totalidade dos hospitais de ensino onde, além da qualificação profissional e desenvolvimento de pesquisas na área de saúde, é dado atendimento à população mais carente através do Sistema Único de Saúde.

Diante do exposto, não resta dúvida que a universidade pública precisa ser preservada, pois exerce um papel estratégico no desenvolvimento social do país e essa preservação passa pela garantia de seu financiamento pelo poder público e pela manutenção da concepção de universidade que permeia os principais documentos que fundamentam as reflexões contidas em vários textos acadêmicos que se tornaram importantes referenciais de luta política.

Apesar de algumas críticas ao REUNI até pelo fato de ter sido implantado através de um decreto, acrescentando-se o fato de que as Universidades não tiveram tempo hábil para realizar um planejamento da envergadura do Programa, a partir do viés acesso e interiorização do ensino superior público no país, é perceptível o alcance da proposta do Programa, principalmente quando se consideram os efeitos causados em regiões como o Recôncavo baiano, após a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O acesso de mais de nove mil estudantes, até o ano de 2011, do interior do Estado da Bahia ao Sistema de Educação Superior após a criação da UFRB, já revela o processo de democratização do acesso à educação superior e, principalmente, a importância da Política de Expansão e Interiorização e dos investimentos do Governo Federal na Educação Superior Pública.

Talvez a falta de confiança de alguns estudiosos quanto às tentativas de reforma da educação superior, como a presente no REUNI, seja fruto da situação de contraposição vivenciada a partir de meados de 1990, que se caracterizou com o contingenciamento e redução de financiamento, pela redução gradual da força de trabalho (docentes e técnicos-administrativos), pela não reposição de vagas de aposentadorias ou exonerações dos servidores, pelo aumento de vagas e matrículas nos cursos sem os recursos materiais. Tudo isso contextualiza um cenário incompatível ao que se propunha o REUNI e a nova realidade institucional pretendida.

Quanto ao projeto REUNI da UFRB, verifica-se que não se constitui propriamente em um projeto e sim, em formulário preenchido denominado: ANEXO I – Formulário de apresentação de propostas, com metas previstas para exercícios diferenciados para uma mesma dimensão, o que não permite uma análise temporal sistêmica para uma dada dimensão. Além disso, não foi possível verificar uma leitura da Instituição em relação ao que está pactuado no referido formulário, o que consubstancia a relevância do presente estudo.

A análise do plano de reestruturação da UFRB, no que se refere aos aspectos de acesso e permanência, permitiu constatar que:

- o plano resumido ao formulário, denominado ANEXO 1 - FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, não se configura em um projeto ou plano propriamente dito. Por se tratar de atendimento à uma política pública do porte do Programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais - REUNI, tivesse sido válida a elaboração de um documento com informações e detalhamentos mais concisos;
- a elaboração de metas inalcançáveis, como a ocupação de 100% das vagas ociosas na UFRB, até 2011, leva ao comprometimento da gestão da instituição, assim como metas sem indicadores e prazos, o que torna inviável a mensuração;
- a repetição de metas tornou a leitura do projeto cansativa;
- a inexistência de dados que comprovem o acompanhamento da execução do plano, leva a uma busca exaustiva em diversos documentos institucionais para obtenção de informações que poderiam ser acessadas facilmente no endereço eletrônico da UFRB, além disso, causa estranheza as estruturas organizacionais criadas na instituição para coordenação e assessoramento do REUNI e a falta, por exemplo, de relatórios sobre o programa;
- mesmo com o reconhecimento de falhas na construção de indicadores e de políticas, em 2007, como os relacionados à evasão, e até 2013, estas falhas não terem sido sanadas, ou iniciadas ações de superação;
- a falta de justificativa para a instituição ter executado ações que não foram previstas no plano ou dissociadas do que foi pactuado geram perguntas que ficam sem respostas, como por exemplo, o pôr que da criação de cursos que não foram previstos no plano de reestruturação, enquanto os que foram previstos não terem sido criados;

- a UFRB concentrou esforços nos aspectos de ampliação do acesso à educação superior, é a dimensão que possui maior nível de detalhamento e com prazos estabelecidos. Esforços que foram válidos, devido ao quantitativo de vagas que foram ofertadas após a adesão ao REUNI;
- a falta de informação nos documentos institucionais quanto ao que integra o projeto de implantação da UFRB e o que se refere ao REUNI, causa insegurança na construção de dados do projeto REUNI.

O REUNI enquanto política pública, analisada, a partir da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, se configura como ação importante e relevante para o ensino superior público, em especial o federal, no país, tendo vista a situação de estagnação e as condições precárias vivenciadas pelas instituições federais de ensino superior durante décadas.

Os governos do presidente Luís Inácio da Silva Lula (2003) apresentaram iniciativas importantes do ponto de vista de políticas regulares de educação no sentido de buscar recuperar o papel protagonista do Estado Federal, como promotor de políticas para o setor, bem como de tentativas de correção de distorções naturais de um país com as dimensões do Brasil e com suas diferenças regionais.

É imperativo que o debate em torno do público *versus* o privado seja enfrentado com clareza e determinação, para que a soberania e a democracia brasileiras sejam garantidas, a partir da participação efetiva da sociedade, a qual deve manifestar o desejo da universidade pública que se quer e qual a disposição para alcançar esta meta.

Ressalte-se, ainda, que a importância das políticas públicas sejam mantidas também com a avaliação do ciclo de implantação. É preciso que exista a avaliação das ações que utilizam recursos públicos e que possuem a concepção de atendimento de demandas sociais. Neste sentido, a sociedade brasileira necessita conhecer a vivência, por exemplo, da UFRB com a experiência do REUNI, além disso, decidir os rumos da educação superior no país, para que um novo processo de estagnação e precarização da educação superior não se estabeleça nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura; OBINO NETO, Artur. Autonomia ou âncora? Perspectivas da autonomia universitária. In: Sguissardi, Valdemar (Org.). Educação Superior: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000, p.197-218.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal (1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

_____. **Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Emenda Constitucional nº 59/2009.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

_____. **Lei nº 4.024/1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm. Acessado em 20/06/2014.

_____. **Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acessado em 20/06/2014.

_____. **Lei nº 11.096, de janeiro de 2005.** Instituiu o Programa Universidade para Todos – ProUni. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

_____. **Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005.** Cria a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11151.htm> Acesso em 12 de janeiro de 2014.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Plano Nacional de Amostras por Domicílios, 2009-2012.** Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em 06 de janeiro de 2013.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior: 2009 - 2012.** Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>. Acesso em 06 de janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Concepções e Fundamentos do ENEM**. Disponível em: http://historico.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id+24&Itemid=54 . Acesso em 10 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB**. [2007?] data provável. Serviço Público Federal. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/legislacao>. Acesso em 30 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: UFRB, 5 anos – Caminhos, Histórias e Memórias**. 1ª edição. Cruz das Almas: UFRB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos. Exercício 2005**. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_uf_ano_2005.pdf.

Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos. Primeiro semestre de 2006**. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_uf_1_semestre_2006.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos. Segundo semestre de 2006**. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_uf_2_semestre_2006.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos. Primeiro semestre de 2007**. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_uf_1_semestre_2007.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos. Segundo semestre de 2007**. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_uf_2_semestre_2007.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos. Primeiro semestre de 2008**. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_uf_1_semestre_2008.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Segundo semestre de 2008. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_segundo_semestre_2008.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Primeiro semestre de 2009. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_primeiro_semestre_2009.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Segundo semestre de 2009. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_segundo_semestre_2009.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Primeiro semestre de 2010. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_primeiro_semestre_2010.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Segundo semestre de 2010. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_segundo_semestre_2010.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Primeiro semestre de 2011. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_primeiro_semestre_2011.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Segundo semestre de 2011. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_segundo_semestre_2011.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Primeiro semestre de 2012. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_primeiro_semestre_2012.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Segundo semestre de 2012. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_segundo_semestre_2012.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Primeiro semestre de 2013. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_primeiro_semestre_2013.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Segundo semestre de 2013. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_segundo_semestre_2013.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Primeiro semestre de 2014. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_primeiro_semestre_2014.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Segundo semestre de 2014. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_segundo_semestre_2014.pdf. Acessado em 05/08/2015

_____. Ministério da Educação. **Dados e Estatísticas - PROUNI: Quadros Informativos.**

Primeiro semestre de 2015. Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_u_f_primeiro_semestre_2015.pdf. Acessado em 05/08/2015.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em:

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf. Acesso em 06 de junho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2005.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2005.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2006.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2006.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2007.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2007.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2008.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/relatorioagregadocontas%20fies-pce-2008.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2009.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2009.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2010.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2010.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2011.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2011.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2012.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2012.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2013.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2013.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Processo de Contas Anuais - FIES. Exercício 2014.**

Disponível em: file:///C:/Users/1572224/Downloads/fies_relatorio_de_gestao_2014.pdf. Acessado em 05/06/2015.

_____. Ministério da Educação. **Proposta apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).** Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13318&Itemid=310. Acesso em 06 de janeiro de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Razões e princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação.** 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2013.

_____. Ministério da Educação. **Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2009 a 2012 da**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Março, 2010. Serviço Público Federal. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/relatorios-de-gestao> Acesso em 30 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012 da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.** Dezembro, 2012. Serviço Público Federal. Ministério da Educação. Disponível em:

<http://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao> Acesso em 30 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos.** Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_raca.pdf. Acesso em 30 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos.** Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_porsexo.pdf. Acesso em 30 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Projeto**

REUNI. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/reuni/images/documentos/projetos.pdf> . Acesso em 14 de maio de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Vale do São Francisco: Projeto**

REUNI. Disponível em: http://www.univasf.edu.br/~reuni/index_arquivos/Page1071.htm. Acesso em 30 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Sul da Bahia.** Disponível em

<http://www.ufsba.ufba.br/sites/ufsba.ufba.br/files/2014.05.30.Edital%20UFSB%20v4.pdf>

_____. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Oeste da Bahia.** Disponível em

<http://su.ufob.edu.br/index.php/sisu>. Acesso em 30 de junho de 2014.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GRUPO DE TRABALHO

INTERMINISTERIAL. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira. Brasília, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Reforma da educação superior no Brasil nos anos 90; diretrizes, bases e ações.** In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. (org.). reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte; Autêntica, 2000.

COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas; ULTERHALTER, Elaine. **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas.** Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino superior no octênio FHC.** *Educ. Soc.*, Campinas, v.24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf> >. Acesso em 20 de novembro de 2013.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luiz F; CATANI, Afrânio M; LIVEIRA, João F. de (orgs). **Políticas de educação superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. P.137-157.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro. Nova fronteira. 2005. p.197-240.

FURTADO, Celso Monteiro. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 10^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronímia, precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.34, p. 49-64, 2009.

Mapa do Recôncavo da Bahia. Disponível em:

http://www.brasilfazendas.com.br/mapas/mapas_arquivos/mapa_reconcul.gif. Acesso em 30 de junho de 2014.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova - 1932. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago.1984.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Pntential, Limits", **Policy Currents**, Fevereiro:1-4. 1995.

MORHY, L. Universidade em Questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. **O ensino superior no Brasil.** In: STEPHANOU, Maria; Bastos, Maria Helena Camara (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. - vol. III: século XX. - 4. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEN, A. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: A Educação Superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002, p. 31-42.

OTRANTO, Célia Regina. **Desvendando a política da educação superior do governo Lula.** Revista Universidade e Sociedade: ANDES -SN. Ano XVI, n. 38, 2006.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.:Chatham House, 1986.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; ALMEIDA FILHO, NAOMAR DE. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova.** Coimbra: Almedina, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva.** In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente. - São Paulo: Cortez, 2004.

UNESCO. Relatório da UNESCO, 2012. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21128:relatorio-da-unesco-propoe-aco-es-para-melhorar-educacao-nos-brics&catid=222. Acesso em 03 de janeiro de 2015.